

**EXTRA**  
**CLASSE-ORG-BR**  
ANO 27 | Nº 268 | OUTUBRO DE 2022

Foto: Freepix.com

# A dieta macabra dos ultraprocessados

No Brasil, a comida à base de açúcares, conservantes e gorduras, que inunda os supermercados e está associada à obesidade e ao adoecimento, paga menos impostos que os alimentos saudáveis



## 04 ENTREVISTA

O educador Hugo Ferreira afirma que crianças e adolescentes que se isolam estão pedindo socorro a pais e professores

## 08 EDUCAÇÃO

MEC pode perder R\$ 7,8 bilhões em 2023

## 11 WEISSHEIMER

O segundo turno das eleições e a encruzilhada histórica brasileira

## 12 MOVIMENTO

O Chile adia o fim do legado da ditadura militar ao rejeitar nova Constituição

## 14 SAÚDE

Isenções tributárias induzem consumo de alimentos ultraprocessados

## 18 ENSINO PRIVADO

Inclusão: omissão das escolas sobrecarrega professores

## 22 ROLIM

Eleições: O Brasil por um triz

## 23 ARTE +

A interação entre público, autores e livreiros volta a animar a Feira do Livro de Porto Alegre

# EDITORIAL

## O lobby da comida vazia

As contradições de um país que optou pelo modelo agrícola voltado para a produção e exportação, em detrimento da agricultura familiar que coloca comida saudável e a preço justo na mesa dos brasileiros, estão produzindo gerações de pessoas obesas, mal nutridas e adoecidas. Amparada por muita propaganda que induz principalmente os consumidores de baixa renda ao consumo quase inconsciente de alimentos vazios, fabricados à base de açúcares, conservantes e gorduras, a indústria de alimentos faz lobby para impedir a regulamentação da comida ultraprocessada. E se beneficia de isenções de impostos, que reduzem o custo de fabricação e fazem com que os produtos industrializados paguem até quatro vezes menos tributos que os alimentos orgânicos.

Diferentemente dos estímulos e privilégios governamentais concedidos ao agro-negócio, a agricultura familiar vê minguar cada vez mais as políticas públicas de incentivo à produção e ao consumo de alimentos saudáveis.

Um exemplo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual destinava produtos da agricultura familiar a comunidades vulneráveis e escolas públicas, e teve seu orçamento cortado de R\$ 840 milhões em 2012 para R\$ 60 milhões em 2020. Extinto e substituído pelo *Alimenta Brasil*, o programa recebeu apenas R\$ 2 milhões em 2022.

O resultado já aparece na maioria das escolas de periferia país afora, onde a merenda escolar nutritiva e saudável vem sendo gradualmente substituída por biscoitos e preparados de sucos em pó devido à redução dos recursos destinados à merenda escolar. As desigualdades tributárias que impulsionam o consumo da comida que não alimenta e ainda precariza a saúde dos brasileiros são o destaque de capa desta edição.

Na entrevista do mês, o educador Hugo Ferreira, autor do livro *A geração do quarto*, faz um alerta a pais e professores: o isolamento e a fixação por morte que acomete grande parte das crianças e adolescentes são um pedido de socorro dos jovens. Ainda, os resultados e as projeções do primeiro turno das eleições no Brasil. No Chile, a rejeição ao texto da nova Constituição adia o fim do legado da ditadura militar.

Confira também nesta edição: Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer, Fraga, Edgar Vasques e Rafael Corrêa.



Boa leitura!

**EXTRA**  
CLASSE-ORG-BR

Redação: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estagiário em Jornalismo: Douglas Glier Schütz

Colaboradores: Cristiano Goldschmidt, Juan Ortiz, Marcelo Menna Barreto, Maurício Brum e Valentina Bressan

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 25 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

Eleição I

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Técnicos do TRE-DF fazem a conferência e a lacração de urnas eletrônicas antes do 1º turno

O final da apuração pelo Tribunal Superior Eleitoral aponta uma vantagem de quase 6,2 milhões de votos para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre Jair Bolsonaro (PL) no primeiro turno das eleições presidenciais. Lula obteve 57.259.504 dos votos contra 51.072.345 de Bolsonaro, o que leva o pleito para o segundo turno, em 30 de outubro. A Federação Brasil Esperança (PT-PCdoB-PV) e os partidos que apoiam Lula somam 138 deputados federais. Essa seria a base parlamentar de Lula, caso vença a eleição. O PL elegeu 76 e consolidou 98, a maior bancada na Câmara Federal, mas o seu alinhamento é fisiológico e só se concretiza com Bolsonaro no governo. Do contrário, voltará a ser parte do Centrão.

Eleição II

“Nunca um presidente em exercício candidato à reeleição havia sido derrotado no primeiro turno e Lula obteve uma vantagem de mais de seis milhões de votos e de mais de 5 pontos percentuais sobre Bolsonaro”, analisa o cientista político e professor aposentado da Ufrgs, Benedito Tadeu César. Para ele, Lula e a Federação foram os grandes vencedores das eleições. “Do ponto de vista histórico e dos resultados eleitorais na democracia brasileira recente, é um resultado inédito”, reitera Augusto Nef-tali Corte de Oliveira, professor de Ciência Política da PUCRS e pesquisador do Centro Brasileiro de Pesquisa em Democracia.

Indecisos e envergonhados

Integrante das coordenações do Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito e da Rede Estação Democracia (RED), Benedito César avalia que os votos de Bolsonaro foram subestimados devido a um mau entendimento das possibilidades do ‘voto escondido’, que não aparecia nas pesquisas. “Os que se diziam ‘indecisos’ entre os dois candidatos, diferentemente do que apregoavam os analistas, eram eleitores envergonhados (de Bolsonaro) e não temerosos”, constata.

Para Augusto Oliveira, da PUCRS, a derrota de Bolsonaro no primeiro turno se deve, em grande parte, à rejeição do eleitor ao seu governo. “Os movimentos do governo na tentativa de diminuir essa rejeição, como o Auxílio Brasil e outras medidas pontuais para aliviar a tensão social, não foram suficientes para reverter a percepção de uma grande parcela da população a respeito do mandato”, aponta.

Nas eleições para o Congresso Nacional, César vê um crescimento das bancadas de esquerda e centro-esquerda e que, apesar de elegerem um grande número de parlamentares, os partidos de direita e extrema-direita não garantiram maioria suficiente para alterar a Constituição sem acordo

com as forças de esquerda e centro-esquerda. “Os grandes derrotados foram os candidatos e partidos de centro-direita”, sentencia. Os partidos que mais perderam vagas na Câmara foram PSDB/Cidadania e PP (11), PSB (10), MDB e Novo (5) e Solidariedade (4).

No Rio Grande do Sul, ocorreu um fenômeno semelhante, impulsionando as votações de Onyx Lorenzoni (PL) ao governo do estado e Hamilton Mourão (Republicanos) ao Senado, segundo a avaliação de César.

“Havia um voto oculto, previamente definido, mas que não aparecia nas pesquisas, por ser ‘envergonhado’ e ocorreu uma transferência de votos de Ana Amélia Lemos (PSD) para Mourão, certa-

mente comandada por disparos de WhatsApp e Telegram. No entanto, acompanhando a tendência nacional, o grande vencedor político foi o PT e sua federação, com a candidatura de Edegar Pretto, que recolocou o PT como ator político relevante no estado, mesmo não tendo ido ao segundo turno”, analisa.

César acrescenta que a imperícia da esquerda e da centro-esquerda em se unirem custou caro, mais uma vez. “Essas forças políticas teriam levado Pretto ao segundo turno, com chances reais de vitória.” No estado, “a centro-direita foi a grande derrotada, politicamente falando. Eduardo Leite (PSDB), que liderava as pesquisas, foi para o segundo turno por menos de 2,3 mil votos e viu suas bancadas mingua-rem”.

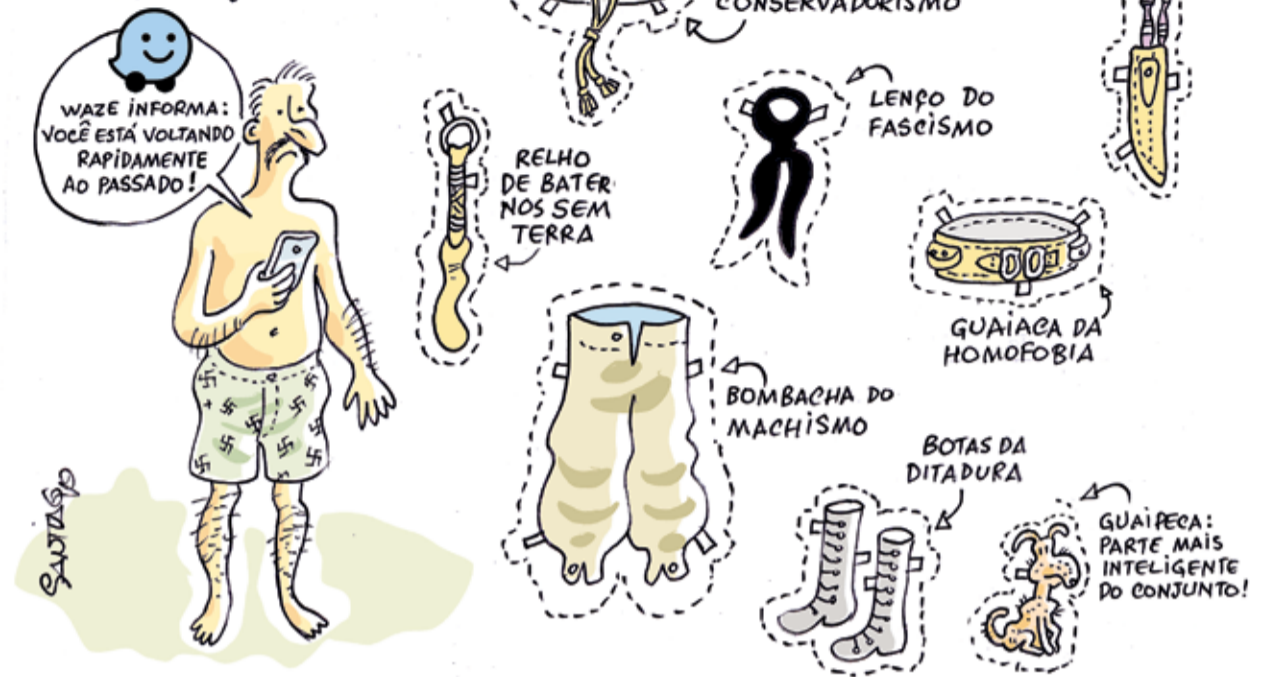
Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



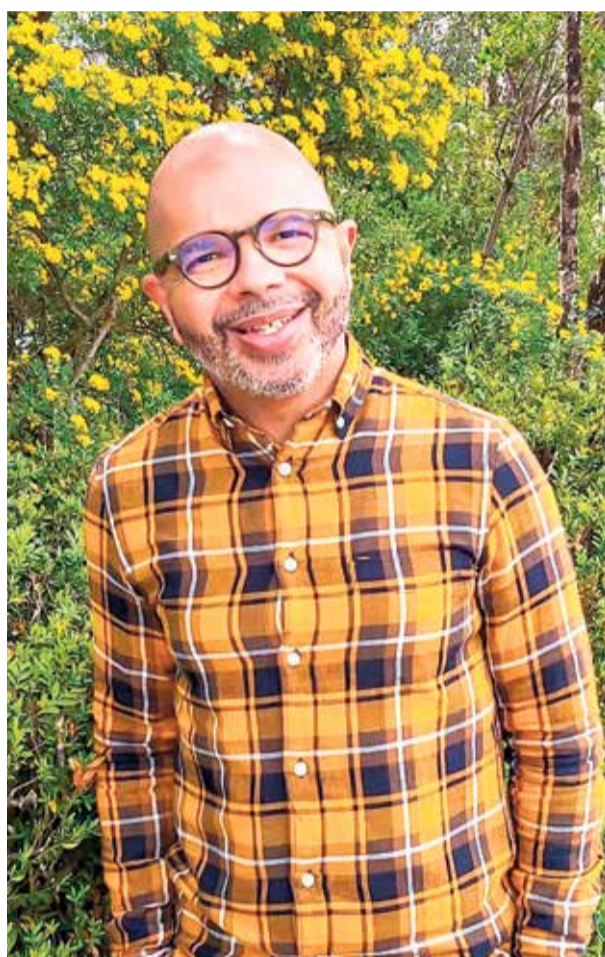
Eleitores enfrentam filas para votação de 1º turno em seção eleitoral na Tijuca, Rio de Janeiro

SANTIAGO

VISTA O GAÚNCHO E AJUDE A CULTIVAR AS TRADIÇÕES



# A geração do quarto está pedindo socorro



Fotos: Bruna Andrade

por Marcelo Menna Barreto

O educador Hugo Monteiro Ferreira, pós-doutor em Estudos da Criança pela Universidade do Minho, Portugal, e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), comemora a terceira impressão de *A Geração do Quarto: quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar* (Record, 154p.). Lançado em abril e um dos mais vendidos de não ficção entre os autores nacionais da editora, o livro trata de assuntos como comportamentos autodestrutivos, *bullying*, *cyberbullying* e psicopatologias que afligem crianças e adolescentes e se torna uma leitura, no mínimo, necessária para pais e professores que precisam adequar os currículos escolares às competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) relacionadas à educação socioemocional. Professor e coordenador do Núcleo do Cuidado Humano da Universidade Federal Rural de Pernambuco, o autor afirma nesta entrevista que há algo muito errado nas famílias e no modelo de educação escolar no país. “Se um menino de 14 anos quer se matar, há algo nesse universo no qual ele está inserido que precisa ser repensado, precisa ser revisto”, aponta Ferreira, que foi responsável pelo treinamento dos atendentes do serviço *Pode falar*, canal de ajuda em saúde mental para jovens da Unicef no Brasil

**Extra Classe – Em linhas gerais, quem são aqueles que compõem o que você denomina ‘a geração do quarto’?**

**Hugo Monteiro Ferreira** – Gostaria de dizer que a geração do quarto, assim como apresento no meu livro, são meninas e meninos, entre 11 e 18 anos de idade, que atravessam e são atravessadas e atravessados por sérios problemas de saúde mental. Esses meninos e essas meninas, quando estão em casa, passam mais de seis horas dentro de seus quartos, se envolveram com *bullying* e/ou *ciberbullying*, apresentam comportamento autodestrutivo – autolesão sem intenção suicida, ideação suicida, tentativa de suicídio mais de uma vez –, apresentam quadro de sintomatologia psicopatológica – transtornos obsessivos compulsivos, transtornos alimentares, transtornos de ansiedade geral, síndrome do pânico, distúrbio do sono –, têm muita dificuldade de inter-relação face a face com os membros da família e utilizam excessivamente as redes sociais digitais. A geração do quarto não se restringe necessariamente a marcadores etários, ou seja, é possível dizer que adultos/as também se encontram no quarto, e é possível dizer que o quarto, assim como apresento no livro, ainda que materialize um cômodo da casa, é mesmo uma grande metáfora do isolamento tomado pelo sofrimento psíquico.

**EC – Isso remete ao fenômeno hikikomori, identificado no Japão,**

**que significa ficar ou ser deixado de lado, uma tendência que era associada a culturas mais introspectivas e exigentes com os jovens. Você diria que a propensão do jovem ao isolamento se globalizou?**

**Ferreira** – Dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que a saúde mental de crianças e adolescentes é tema de urgência no mundo, visto que tem sido comum, no Ocidente, quadro expressivo de adoecimento mental. Embora eu tenha falado em Ocidente e você me traga um país do Oriente, digamos assim, depois da globalização, sobretudo a comunicacional, é muito difícil estabelecer linhas deterministas nos processos de desenvolvimento.

**EC – Por quê?**

**Ferreira** – As telas, desde a televisão até o cinema, desde o computador até o celular, trazem, a todos e todas, a mesma matéria de conteúdo. O que é visto no Brasil, na Argentina, o que é acessado no Chile, no Peru, é, de mesmo modo, visto e acessado em Tóquio e Seul. Já não há mais tantas divisões. A transnacionalidade indica que as coisas do Norte também estão no Sul e as coisas da Ásia também estão na África. Claro que há especificidades, mas o isolamento social, provocado pela violência, não é diferente na América Latina e na Ásia. Lá e cá, as crianças e os e as adolescentes padecem de uma espécie de pressão social, intrafamiliar, escolar, num âmbito individual e coletivo, que tem pro-

vocado sofrimento psíquico e dor psíquica, receio de fracasso, medo de frustração, uma busca pelo prazer imediato e uma tentativa de não aprofundar relações afetivas.

**EC – Em síntese?**

**Ferreira** – A geração do quarto na América Latina é produto de um profundo modelo social e econômico injusto, desumano, atrelado a modelos de convivência social baseado menos na cooperação e mais na competição, menos no respeito à alteridade e mais na tentativa de não compreender diferenças identitárias. No Japão, considerando elementos contextuais, não é diferente: as crianças e os/as adolescentes precisam aprender a competir e têm excessivo medo de fracassar.

**EC – Na pesquisa que deu origem ao seu livro, o que mais o impactou?**

**Ferreira** – Entrevistei 3.115 meninos e meninas, de cinco capitais brasileiras. Tudo ali me chamou atenção. Tudo ali me deixou preocupado e tudo ali também me apontou que há saídas onde aparentemente só há labirintos. Não tenho como citar um único caso, um único exemplo, uma única ocorrência, mas posso dizer que fiquei impactado com o que li, com o que ouvi, com o que analisei. Dos entrevistados, 238 se envolveram com violência sistemática, tentaram se matar mais de uma vez, cortam a pele para aliviar a dor do psiquismo, não falam com mãe, com pai, mas usam as redes sociais de forma intensa e densa.

**“A doença mental da geração do quarto é resultado de um processo profundo de violência – matriz dessas crianças e adolescentes”**

Abusam do álcool, fazem sexo sem camisinha, adoram as redes e a internet, falam que não querem sair da casa dos pais. Estão muito tristes e falam sobre a tristeza como um sentimento desafiador.

**EC – O que desencadeia a ideação suicida nos jovens?**

**Ferreira** – Recordo que, conversando com uma menina, ela tinha 13 anos à época da pesquisa, num dado momento, mesmo sem que eu a questionasse, ela me disse: *Mesmo falando aqui com você, eu também quero me matar.* A ideação suicida para aquela menina não era algo sazonal, transitório, lhe ocorria com frequência sistemática. Ela então me disse: *Não aguento mais que meu padrasto me visite no quarto e bote a mão em mim.* O depoimento dela era um pedido de ajuda, um grito de socorro. Ela queria que eu a ajudasse. Ela estava ali, e acreditou que podia me dizer o que lhe acontecia. É difícil ouvir algo assim e não se envolver, não tentar ajudar, não tentar intervir. A doença mental da geração do quarto é resultado de um processo profundo de violência. A violência é a matriz dessas crianças e desses/as adolescentes.

**QUEM COMPARTILHA CONHECIMENTO MERECE PARABÉNS TODOS OS DIAS.**

Para saber mais sobre seus direitos previdenciários e trabalhistas, conte com nossa experiência de 27 anos na defesa dos interesses dos professores do Ensino Privado.

Agende uma consulta gratuita\*: 51 98060.3579

**CAINELLI** ADVOGADOS

\*Credenciado pelo **SINPRO/RS** Sindicato Cidadão

**EC – Dados recentes do Ministério da Saúde mostram um expressivo aumento de tentativas e suicídios na faixa dos 15 aos 19 anos. Qual a relação com o fenômeno do quarto?**

**Ferreira** – A autodestruição é uma das principais características da geração do quarto, em que a autolesão, a ideação suicida e as tentativas de suicídio estão presentes. No Brasil, um país continental, há um desleixo com essa temática por parte dos governos. Não temos efetivamente políticas públicas que enfrentem o suicídio como um problema de saúde pública, multifatorial, também provocado, em muitos casos, por questões que estão atreladas a recortes étnicos, de gênero, econômicos, sociais. Não é à toa que, no Brasil, quando analisamos dados, há mais suicídio entre jovens negros do que entre jovens brancos de mesma idade, mais mulheres tentam suicídios do que homens. Em 2019, o índice de suicídio na adolescência aumentou 24%.

**EC – O que isso denota?**

**Ferreira** – O quarto nos mostra que há algo de muito errado no modelo de educação parental e no modelo de educação escolar. Há algo de muito errado no modo como estamos cuidando de nossas crianças e nossos adolescentes. O quarto nos aponta que é urgente que revejamos o percurso que estamos percorrendo nos processos de educação de meninos e meninas. Eu diria que se não tomarmos providências urgentes, em muito pouco tempo, por exemplo, no caso da autolesão, teremos uma espécie de epidemia desse comportamento entre crianças e adolescentes. O suicídio, diz Émile Durkheim, pode ser uma escolha para quem não tem escolha.

**EC – No livro, você afirma que as novas gerações estão em dor psíquica, mas não por serem frágeis como rotulam os mais velhos. Por quê?**

**Ferreira** – Acreditar que a geração do quarto é mais frágil que as gerações anteriores é mesmo querer forjar uma verdade, para não assumir responsabilidades.

A geração do quarto não é nem mais fraca e muito menos fracassada. É dotada de uma extrema capacidade de se engajar em causas sociais, na defesa do planeta, contra o aquecimento global, na defesa da igualdade de direitos entre mulheres e homens, na defesa de pessoas com deficiência, na luta contra o racismo, a homofobia, a transfobia. Ela não se submete a consumos fúteis. Para comprar algo, é necessário que esse algo lhe aponte vínculo com causas sociais. A geração do quarto lida melhor com a diversidade da orientação sexual, da construção de gênero, e tem mais respeito à diversidade religiosa. Sua potência é nítida para mim. Sabe, como nenhuma outra geração, usar a internet, criar conteúdos digitais e questionar a inteligência artificial por ela mesma criada. A geração do quarto, apesar de viver experiências de dor psíquica, me parece muito mais disposta a falar sobre essa dor, sem medo, sem receio, sem dissimulação. No meu ver, é mais genuína, mais autêntica, menos fingida que as demais gerações. Nesse aspecto, há muito o que nos ensinar. Há muito o que nos dizer.

**EC – Por que os mais velhos desdenham do sofrimento e dos interesses dos jovens? Você vê alguma correlação dessa indiferença com o atual estado de coisas na política?**

**Ferreira** – O atual presidente brasileiro, em uma certa entrevista, disse que não existe *bullying*. O grupo de pessoas que usam essa expressão “mimimi”, “politicamente correto” e outras de mesmo valor semântico também defendem, na sua maioria ou na sua totalidade, a arma como uma forma de proteção. São as mesmas pessoas que defendem redução da maioria e as mesmas pessoas que acreditam que há maldade genética nas pessoas. Em outras palavras, eu quero dizer que sim, há uma relação entre a etiologia da geração do quarto e esse discurso que forja o ódio como a gramática mais comum no processo de comunicação. É o grupo que não compreende, ou não deseja compreender, a alteridade como um elemento essencial

ao desenvolvimento do mundo sadio. É um grupo que costuma ofender, xingar, agredir, violentar quem não lhe parece espelho e que costuma dividir a sociedade entre os “de bem” e os “de mal”. A geração do quarto é filha também desse grupo e é no lar onde moram essas pessoas que a geração do quarto se mata e, muitas vezes, mata. Basta olhar os casos de massacres nas escolas, de Columbine a Suzano.

**EC – Você fala do cyberbullying. Qual é o papel da internet na produção desse isolamento da ‘geração do quarto’?**

**Ferreira** – Sou contrário ao argumento que põe a responsabilidade do adoecimento mental de crianças e adolescentes na internet. Para mim, as redes sociais digitais, em razão da mecânica como são construídas – forjadas a partir de milimétricos planejamentos de multinacionais interessadas em lucros – não devem ser consideradas quando analisarmos as problemáticas na geração do quarto, porém penso que é “má-fé” tentar exclusivamente culpá-la. Se há culpados/as, não quero distribuir culpas, creio que sejam as famílias violentas e, também, violentadas. Ou seja, as crianças e adolescentes só usam abusivamente as redes porque as redes lhes chegam também abusivamente, porque as redes também lhes chegam de forma deseducada, lhes chegam sem qualquer orientação ou encaminhamento. As redes, de maneira explícita, para muitas crianças e adolescentes, substituem o diálogo, processo raro, dentro das casas, no âmbito das escolas, no universo das instituições religiosas.

**EC – Em síntese, elas estão superexpostas?**

**Ferreira** – As redes sociais só fazem mal porque o mal que elas fazem não é devidamente enfrentado pelas instituições sociais. É comum vermos crianças com menos de dois anos de idade receberem, sob às vistas dos adultos, telas e musiquinhas das telas. A intenção, como muitos dizem, é acalmar, promover o entretenimento. O problema não é mesmo

**“Onde a criança sofre, há também a advertência: o sofrimento é processo de algo que não deu certo, que não vai bem, que precisa mudar”**

a internet, mas seu uso abusivo e quem ensina o uso abusivo é mesmo a cultura abusadora.

**EC – Você apresenta um diagnóstico de adultos sem empatia, negligentes com o bem-estar e a saúde mental de meninos e meninas na fase de transição para a vida adulta, mas abre uma porta no subtítulo do livro: Quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar. Fale sobre isso.**

**Ferreira** – Acredito que essas crianças e adolescentes estão nos advertindo: ou aprendemos com eles, elas, ou eles e elas nos ensinam assim mesmo. É paradoxal, porque não é binário. Onde a criança sofre, há também a advertência: o sofrimento é processo de algo que não deu certo, que não vai bem, que precisa mudar. Onde há a necessidade de mudar, há um chamado de atenção: estamos indo por caminhos tortos e sinuosos. Se um menino de 14 anos quer se matar, há algo nesse universo no qual esse menino está inserido que precisa ser repensado, precisa ser revisto. Nesse sentido, a ideia de morte é também um grande chamado à vida.

**EC – Um pedido de socorro e um alerta?**

**Ferreira** – Eu analiso a saúde mental por meio de uma abordagem transdisciplinar, assim, no lugar de ver duas coisas, vejo as duas coisas, mas não as desassocio. Há um sofrimento no quarto, sem dúvida, mas é esse sofrimento que me faz olhar que meu filho, filha, está dentro do quarto. Com o meu livro, estou tentando dizer: é possível que se você fizer diferente, pai, mãe, escola, qualquer órgão social, o quarto possa voltar a ser somente um canto da casa para o qual crianças e adolescentes vão, tão-somente, descansar.

GABRIEL GRABOWSKI

## Professor e escola sob fogo cruzado



Foto: Tânia Rego/ Agência Brasil

No Brasil, outubro é considerado o Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação. Dia 15 de outubro é o Dia do(a) Professor(a). Em âmbito internacional, no dia 5 de outubro é celebrado o Dia Mundial dos Professores, o qual marca o aniversário da subscrição da recomendação da OIT/Unesco sobre o Estatuto dos Professores (1966). Este Estatuto mundial dos docentes foi atualizado em 1997 para incluir pesquisadores e professores do ensino superior.

Neste período também, transcorre o processo eleitoral, pautado por acusações e ausência de projetos educacionais de interesse da população, especialmente dos jovens estudantes. Diversos estudos e evidências reafirmam o descaso nacional para com a educação pública e a docência no Brasil. A maioria dos candidatos no processo eleitoral se restringe a prometer uma educação profissional instrumental, formada de mão de obra para um mercado majoritariamente informal e com altos índices de desemprego.

Leia a íntegra no site do *Extra Classe* ([extraclasse.org.br](http://extraclasse.org.br)).

MODELO ECONÔMICO

## Eleições e a exploração predatória do agronegócio e da mineração

De junho a setembro, a auditora fiscal Maria Lucia Fattorelli escreveu uma série de artigos, na qual tratou dos principais eixos que sustentam o modelo econômico produtor de escassez para a maioria do povo e concentrador da renda e de riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada: modelo econômico, modelo tributário, política monetária, sistema da dívida pública e, por fim, a exploração predatória do agronegócio. Esta série foi produzida exclusivamente para o site jornal *Extra Classe* ([extraclasse.org.br](http://extraclasse.org.br)).

RECORDE

## Matéria sobre demissão de professora tem mais de 570 mil acessos

A matéria *Professora demitida após aluno reclamar de aula sobre Iluminismo e exclusão histórica das mulheres*, publicada no site do *Extra Classe* no dia 12 de agosto, bateu o recorde de acessos: 576.436 até o fechamento desta edição.

DESTAQUES DE SETEMBRO

**ECONOMIA** – Governo reduz 91,5% das verbas para habitação em 2023

**ENTREVISTA | DOM LEONARDO ULRICH STEINER** – Por que o Papa quer um cardeal na Amazônia

**POLÍTICA** – Parlamentares que votaram contra os trabalhadores são candidatos, lembra CUTRS

**ENSINO PRIVADO** – Conselho Diretor da FAT/Urcamp muda resultado de eleição

**EDUCAÇÃO** – O suicídio bate na porta das escolas

**EDUCAÇÃO** – Estado deve garantir vagas em creches e pré-escola, confirma STF

18,19 e 20 de outubro

# Eleições Sinpro/RS - 2022

## VOTE CHAPA

# 1 COMPROMISSO E AÇÃO

### NA UERGS E LIBERATO

- ▀ Fazer a defesa das fundações públicas – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e Liberato Salzano Vieira da Cunha, e dos direitos de seus professores.

### NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▀ Ampliar as campanhas públicas de valorização das professoras, levando em conta a sua importância para a educação, em contraponto aos baixos salários.
- ▀ Seguir nas negociações com o sindicato patronal por melhores condições de trabalho.

### NA EDUCAÇÃO BÁSICA

- ▀ Definir políticas de resistência ao trabalho extraclasse, pelo direito ao descanso e à desconexão.
- ▀ Lutar para que as escolas ofereçam formação continuada aos professores, em especial para qualificar o atendimento aos alunos com deficiência.
- ▀ Lutar pela destinação de carga horária para a elaboração de materiais e instrumentos de avaliação de alunos com deficiência.
- ▀ Retomar a luta pela aproximação dos valores hora-aula entre os segmentos da educação básica.

### NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

- ▀ Buscar novas formas de relacionamento e articulação com os professores face a sua progressiva atomização, isolamento e atuação cada vez mais virtual.
- ▀ Definir política e iniciativas de resistência ao verdadeiro “trabalho escravo” na EaD.
- ▀ Discutir os parâmetros e a remuneração do trabalho acadêmico híbrido.

INFORME PUBLICITÁRIO



Foto: Alex Rochal/PMPA

Alvo de sucessivos cortes de orçamento, o programa Educação Básica de Qualidade terá R\$ 1 bilhão a menos também em 2023

# MEC pode perder R\$ 7,8 bilhões em 2023

por Marcelo Menna Barreto

*Entidades representativas e especialistas em educação reivindicam ações emergenciais a serem enfrentadas pelo próximo governo para evitar um apagão definitivo na educação pública do país, após sete anos de declínio. Além da revogação do teto de gastos e da BNCC, a agenda mínima do setor aponta a urgência na recomposição dos recursos para o financiamento do MEC, que vêm sendo cortados de forma sistemática desde 2017 e atingiram seu auge neste ano. O Projeto de Lei Orçamentária para 2023 enviado pelo Palácio do Planalto ao Congresso Nacional propõe mais cortes: quase R\$ 600 milhões dos recursos essenciais para o ensino superior e R\$ 1 bilhão da verba da educação básica. Já a educação infantil pode perder nada menos que 96% do orçamento com o corte previsto de R\$ 145 milhões*



**J**aneiro de 2023 inicia um novo ciclo no país, com novos mandatos nos executivos federal e estaduais. Na mesa dos governantes, questões complexas para a educação nacional estarão novamente colocadas para os próximos quatro anos. As desigualdades e os cortes orçamentários em todas as áreas durante o mandato de Jair Bolsonaro (PL) confrontaram o setor com um dos piores períodos das últimas décadas nesses três anos e meio em que cinco ministros passaram pelo Ministério da Educação e provocaram estragos, cada um a seu modo, mas todos de forma desastrosa.

Para resgatar a educação pública de qualidade, a pauta mínima de entidades representativas da educação e especialistas sinaliza para a urgência na recomposição dos recursos para o financiamento do MEC, que começaram a ser estrangulados após o golpe que depôs a então presidente Dilma Rousseff (PT). Além do teto de gastos, o estrangulamento das verbas para a educação é visto como um dos principais entraves que precisará ser atacado pela próxima gestão.



Na previsão orçamentária para o próximo governo, a educação infantil perde 96% do seu orçamento, com um corte de R\$ 145 milhões

## Cada vez mais cortes nos recursos

Se entre 2002 e 2015, por prioridade política, o orçamento do MEC foi crescendo paulatinamente de R\$ 18,01 bilhões para R\$ 126,14 bilhões, a partir de 2017 começou a ocorrer o inverso.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023 enviado pelo governo ao Congresso Nacional impõe ainda mais cortes de recursos.

No total, a proposta orçamentária para o MEC em 2023, desconsiderada a complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), apresenta redução de R\$ 7,8 bilhões (-7,6%) em relação a 2022.

O que foi projetado em R\$ 137,9 bilhões para este ano, após o anúncio de cortes no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) já no mês de maio, começou a ser modificado. O MEC foi informado que haveria um bloqueio de R\$ 3,2 bilhões, que atingiu institutos e universidades federais, mas o que ocorreu foram mais cortes, que ultrapassaram R\$ 621 milhões. É o equivalente a 7,2% de todo o orçamento previsto para as instituições federais em 2022.

A justificativa: atender ao teto de gastos, apesar de boa parte da verba ter sido remanejada para uso no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Para o próximo período, chama atenção a proposta de redução de mais de R\$ 1 bilhão no orçamento do programa Educação Básica de Qualidade, que vai de R\$ 10,849 bilhões para R\$ 9,753 bilhões, e a educação infantil que perde 96% e fica apenas com R\$ 5 milhões.

Nessas áreas que foram divulgadas por Bolsonaro como prioridades em sua reeleição, salta aos

olhos uma curiosidade. Enquanto corta R\$ 146 milhões que serviriam para a ampliação de vagas, a construção e manutenção de creches em todo o país, o presidente deixa R\$ 147 milhões na PLOA para fazer 40% de uma escola militar na cidade de São Paulo.

Além disso, estão em risco recursos essenciais para programas destinados ao ensino superior, com cortes de R\$ 594,5 milhões. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o corte sugerido é de 56%. Assim, o programa considerado fundamental para a erradicação do analfabetismo ficaria com R\$ 16,8 bilhões para 2023.

Para o ex-ministro da pasta Renato Janine Ribeiro, a educação nacional, que registrou avanços a partir da década de 1990, entrou em declínio nos últimos sete anos. Ele, que esteve à frente do MEC em 2015, vê enormes desafios a serem enfrentados pelo próximo governo. "De 2019 para cá, tivemos retrocessos gigantescos. Muita gente ainda não percebeu o quanto o esforço de retomada vai ser trabalhoso. Cada ano de destruição vai requerer anos de recomposição", afirma o hoje presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

"Temos que recuperar o Plano

Nacional de Educação que foi promulgado em 2014 e que tem 250 medidas a serem tomadas. Dessas, talvez nem 20 tenham sido adotadas", lamenta Ribeiro.

O ex-ministro da Educação cita como exemplo a questão da remuneração dos docentes, que ultrapassa a questão corporativa, o esvaziamento da docência em áreas como a Química. "Aquele que poderia ser professor dessa área opta em trabalhar em uma empresa para ganhar um salário melhor", ilustra.

Em 2014, os professores da educação básica com formação universitária recebiam um salário que correspondia a apenas 72% da média salarial de profissionais de outras áreas que também têm ensino superior. "Um incentivo negativo", compara. Uma das metas era recuperar esses salários para que os professores com o ensino superior na rede básica se equiparassem à média de quem faz um curso superior de quatro anos.

"Isso não aconteceu, muito pelo contrário. Os salários foram desgastados. Um caso claro que traz um problema particularmente grave. Não se tem ensino das ciências exatas, não desmerecendo outras em áreas que já são difíceis conseguir professor", pontua.



Ex-ministro da Educação, Renato Janine defende o resgate do Plano Nacional de Educação, valorização dos professores e ações para o ensino básico

## Regulamentação do SNE

Daniel Cara, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha), vê urgência na regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE).

A regulamentação deverá fazer frente à demanda estrutural de governança e à questão do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), um indicador criado pela Campanha que mostra quanto deve ser investido ao ano por aluno de cada etapa e modalidade da educação básica.

“São medidas que parecem ser simples, mas exigem muito esforço para serem aprovadas em quatro anos. Se o futuro governo priorizar a educação básica, dá para se aprovar em dois anos. A gente vai trabalhar para isso”, adianta.

Na opinião de Daniel Cara, “é preciso retomar os investimentos. Sem medidas como a revogação do teto de gastos e a retomada do crescimento econômico, isso não vai acontecer”, projeta.

Para ele, a Emenda Constitucional 95, a qual limitou por 20 anos os gastos públicos, somente engessou o financiamento de políticas públicas e não trouxe benefícios ao país. O professor também destaca que será fundamental revisar o atual processo educacional e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e vice-presidente da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), Fátima Silva, acrescenta que “no campo pedagógico, do conhecimento, é importante a revogação do novo ensino médio porque ele traz cada vez mais segregação das camadas populares”.

A reforma do ensino médio reduziu a carga horária das disciplinas gerais, tornou obrigatórias apenas Português e Matemática e instituiu a especialização dentro de uma das áreas do conhecimento ou ensino técnico profissionalizante, os itinerários formativos. Outras medidas, como a permis-



Foto: Marcos Oliveira / Agência Senado

Investimentos dependem da revogação do teto de gastos e do resgate da economia, alerta Daniel Cara, da USP e Campanha pelo Direito à Educação

são do “notório saber” para a prática docente, sem a necessidade de diploma em licenciatura, e a regulamentação da oferta parcial de ensino na modalidade a distância ainda são alvos de críticas.

Sobre o notório saber, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) lançou a Campanha Nacional contra a Desprofissionalização do Professor.

Para Fátima Silva, da CNTE, a revisão dos currículos do ensino mé-

dio ajudaria a reverter o divisionismo que está colocado na sociedade brasileira, com parte da população ainda sem o real conhecimento dos processos que formataram o país hoje. “Isso se faz através da educação, através de um processo que não se dá no curto prazo, mas precisa ser iniciado. Trabalhar o que foi a independência, a escravidão, quais seus reflexos nos dias de hoje; o latifúndio, que começa com as capitâneas hereditárias. Um estudo baseado na realidade”, enumera.

## Analfabetismo e escola integral

Já o professor do Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Lalo Watanabe Minto entende que há um desafio que independe de governos e mandatos e que está longe de ser resolvido. “Na promulgação da Constituição Federal em 1988, estavam previstas a erra-

dicação do analfabetismo e uma política de valorização profissional do magistério em 10 anos”, uma ideia que vem sendo empurrada para a frente desde então, observa. Ele elenca o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o Fundeb.

“A questão crucial é que cada vez que se posterga a solução da lacuna diagnosticada há quase 35 anos, o problema fica ainda maior, adquire outras características devido às diferenças na população, diferenças no público que está chegando à escola, que está ficando, que está saindo”, analisa Watanabe.

São realidades como pais que precisam cada vez mais se ausentar do dia a dia de seus filhos para trabalhar, pais e mães que criam filhos sozinhos. “Mesmo que não haja consenso pedagógico, a questão da escola integral como política, hoje, tem mais relevância do que em anos anteriores”, contextualiza.

## Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa?

Sossego para estudar?

Nova orla do Guaíba?

Shows e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS

casadoprofessor.sinprors.org.br

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

**CASA do PROFESSOR**  
Hotel



## O 2º turno e a encruzilhada histórica brasileira

*A população brasileira decidirá se o país prosseguirá neste mergulho no pior de sua ancestralidade, marcada pela violência e pelo desprezo do outro, ou se buscará retomar seus melhores valores e práticas históricas*

Foto: Fernando Fração/Agência Brasil



*"O fato é que Bolsonaro não é um ponto fora da curva do ponto de vista histórico. Ele ecoa o que há de pior na ancestralidade brasileira"*

"Quem não quer falar do capitalismo deveria calar-se sobre o fascismo." A frase do filósofo e sociólogo alemão Max Horkheimer, um dos principais nomes da Escola de Frankfurt, foi lembrada pelo ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da Justiça, Tarso Genro, ao comentar o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil.

O contexto da frase de Horkheimer é o da Segunda Guerra Mundial. A semelhança que o presente guarda com esse período é o crescente clima de insegurança social, política, econômica e ambiental que marca o mundo hoje. Neste cenário, como já fizeram no passado, as grandes corporações capitalistas e suas instituições não hesitam em se aliar com as formas de autoritarismo mais bárbaras.

A nova emergência do fascismo no mundo, particularmente no caso do Brasil, assinalou Tarso Genro, "anda de mãos dadas com os seres mais desqualificados das burguesias nativas, vestidos de papagaios e financiadores de milícias". O desprezo pela demo-

cracia já não é mais escondido por muitos grandes empresários e suas entidades (em especial, do "agronegócio é pop") que nem procuram disfarçar mais.

Defender a democracia, seus princípios e valores, hoje no Brasil (e em vários outros países) tornou-se, de certa forma, uma posição anticapitalista, tal é o envolvimento desse sistema econômico hegemônico global com as mais variadas formas de autoritarismo, violação de direitos e destruição ambiental.

A condução desastrosa e criminosa que o governo Bolsonaro teve durante a pandemia, que custou a vida de algumas dezenas de milhares de pessoas que poderiam ter sobrevivido fossem outras as medidas, e o retorno do Brasil ao mapa da fome não foram suficientes para garantir a vitória de Lula no primeiro turno. As razões para isso são diversas e ainda precisam ser melhor entendidas.

O fato é que uma parcela significativa da sociedade brasileira, entre elas setores importantes do nosso "empresariado", não enxergou essas condutas como razão

suficiente para rejeitar a possibilidade de continuidade do atual governo, que encarnou um discurso de ódio e intolerância que parece guardar profundas raízes na sociedade brasileira.

Durante algum tempo, muita gente se perguntou como isso foi possível, uma pergunta similar àquela feita em relação ao que aconteceu com a Alemanha na Segunda Guerra Mundial. O fato é que Bolsonaro não é um ponto fora da curva do ponto de vista histórico. Ele ecoa o que há de pior na ancestralidade brasileira, para usar uma expressão que vem sendo trabalhada pelo neurocientista Sidarta Ribeiro.

"Ao lado das mais belas joias culturais do passado, herdamos também um enorme estoque de lixo tóxico, neuroses atávicas, poluição mental e miséria comportamental", escreve ele em seu mais recente livro *Sonho manifesto* (Cia. das Letras, 2022, 200 p.).

Fazem parte desse pacote de lixo tóxico, entre outras coisas, o patriarcado, a misoginia, a homofobia, a violência contra as mulheres, o não reconhecimento

da existência do outro e das futuras gerações.

Do outro lado, ainda seguindo o caminho proposto por Sidarta Ribeiro, temos a nossa melhor ancestralidade, caracterizada pela consciência de coletividade, de solidariedade, de amor e respeito às formas de vida, pela recusa do consumo e do "ter" como critérios de vida.

O segundo turno da eleição presidencial brasileira, portanto, é muito mais do que uma eleição. Estamos diante de uma encruzilhada civilizacional. A população brasileira decidirá se o país prosseguirá neste mergulho no pior de sua ancestralidade, marcada pela violência e pelo desprezo do outro, ou se buscará retomar seus melhores valores e práticas históricas.

E isso acontecerá no momento em que o mundo também se encontra em uma encruzilhada. No horizonte do cenário internacional para 2023, há nuvens que podem formar uma tempestade perfeita, alimentada por uma recessão global, pelo recrudescimento da guerra na Ucrânia e na Europa e pelo agravamento da crise climática.

# Rechazo adia fim do legado de Pinochet no Chile

Após a gigantesca onda de mobilizações que varreu o país em 2019 e 2020, o Chile dá um passo atrás e desperdiça a chance de enterrar de vez o legado de terror e exclusão social deixado pela ditadura militar. Trapalhadas de alguns constituintes, participação obrigatória e rejeição ao governo Gabriel Boric ajudam a explicar por que os chilenos renunciaram por maioria à nova Constituição

por Juan Ortiz



Foto: Pexels/Hugo Fuentes

O estudante de Fisioterapia Fabrizio Meirelles estava na casa de um amigo, em Santiago do Chile, quando recebeu a notícia. Naquela noite de 4 de setembro, os resultados do plebiscito apontavam para a rejeição do texto da nova Constituição chilena com quase dois terços dos votos. “Levei um baque forte. A tristeza daquele momento virou um sentimento de desesperança e, ao longo da semana, vi muitos amigos sentirem o mesmo. Choramos juntos”, relata.

Como muitos dos seus colegas de faculdade, Fabrizio esperava que o Chile avançasse rumo a uma educação pública gratuita, como previa o 37º artigo da proposta de Constituição, que foi rejeitada. Atualmente, ele trabalha como entregador para pagar seus estudos na Universidade do Chile.

A derrota veio de forma acachapante: a nova Constituição foi derrotada por 61,86% a 38,13% dos votos. E de virada. Dois anos antes, a população chilena havia escolhido, com 80% de aprovação, a criação de uma nova Carta Magna.

A troca do texto constitucional foi uma das reivindicações do *estallido social*, a série de mobilizações massivas que varreu o Chile a partir de outubro de 2019, quando milhões de pessoas saíram a protestar nas principais cidades do país. “Enfrentamos muitos riscos, muita gente ficou cega por disparos da polícia. Ter conseguido algo tão importante com as mobilizações foi como uma luz, uma promessa de mudança”, lembra Fabrizio.

A Convenção Constitucional foi composta por maioria progressista e, no fim de 2021, o ex-líder estudantil Gabriel Boric venceu a disputa para a presidência. Os ventos pareciam favoráveis às aspirações da esquerda. Era o momento ideal para enterrar o texto criado em 1980, na ditadura de Augusto Pinochet. Porém, a desmoralização do processo constituinte ajudou a alimentar justamente o movimento contrário – o do *rechazo*.

## O 'circo' na Constituinte

Desde sua formação, a Assembleia Constituinte foi alvo de críticas. Primeiro, pela demora com as longas discussões sobre o próprio funcionamento da Convenção. E, depois, pelo descrédito em relação à atuação de alguns dos seus representantes que meteram os pés pelas mãos.

Em uma tentativa de expor as desigualdades do sistema de saúde, um dos sete vice-presidentes constituintes, Rodrigo Rojas Vade, resolveu usar como exemplo sua própria luta contra a leucemia. Acabou desmascarado pelo jornal *La Tercera*, admitiu que não estava com câncer e renunciou. Com o microfone aberto sem saber, o secretário-geral da Convenção, John Smok, deixou escapar a pergunta fatal ao se dirigir à Maria Elisa Quinteros, que presidia os trabalhos: "O que vamos fazer com este circo, presidenta?".

O ato falho foi rebatido pelo artista Agustín Maluenda, o palha-

ço Pastelito, que pediu para não compararem a desorganização da Convenção com o trabalho circense. "O que aconteceria se o governo do Chile fosse dirigido por um circo? Seria organizado, seria sério", reagiu Maluenda.

A série de trapalhadas colocou em xeque a credibilidade da convenção. "São episódios que foram se somando e colocaram em dúvida se o processo era realmente sério", avalia o cientista político Diogo Ives, pesquisador no Observatório Político Sul-Americano.

Com o apoio de partidos e figuras de direita, a campanha do *rechazo* ganhou as ruas antes mesmo que os artigos do novo texto fossem votados.

A isso se somou a falta de didática da Convenção sobre temas complexos em discussão, aumentando o ruído a respeito das mudanças. "Houve muitos problemas de diálogo com a população no



Foto: CNN/ Reprodução

Vitória da CIA e dos Chicago Boys: chilenos comemoram nas ruas de Santiago a rejeição ao texto que poderia exorcizar fantasmas da ditadura militar

decorrer do processo constituinte. Os defensores do *rechazo* conseguiram fazer uma campanha transversal, para incorporar toda a sociedade chilena", observa a cientista política Talita Tanscheit, pesquisadora da Universidade Diego Portales, em Santiago.

Uma parcela da esquerda cantou vitória antes da hora, o que também ajuda a explicar a falta de mobilização do *apruebo*. "Acharam que, como a direita não tinha o terço necessário para aprovar as pautas, podiam passar

tudo o que quisessem. Mas a direita ainda detém os meios de produção, os meios de comunicação, o dinheiro e é fortíssima no legislativo", alerta Tanscheit.

A rejeição do texto também foi encarada, de certa forma, como uma derrota de Boric. O governo convive com uma alta desaprovacão alimentada por conflitos na região de Araucanía e, sentindo a possível vitória do *rechazo*, apresentou propostas de alteração à nova Constituição antes mesmo da realização do plebiscito.

## Controvérsias e o voto obrigatório

O rascunho final da nova Constituição incluiu a consolidação dos direitos de indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, e da população LGBTQIA+. Também colocou o acesso à água, saneamento, educação, saúde, moradia, alimentação e previdência como garantias básicas.

Além disso, o texto reconheceu direitos para o meio ambiente e os animais e determinou o "domínio absoluto, exclusivo, inalienável e imprescindível" de todos os recursos minerais do país. Organizado em 11 capítulos e 388 artigos, o livro virou best-seller no Chile. Porém, não escapou das controvérsias.

Um dos argumentos para o *rechazo*, dizem analistas, é que a proposta constitucional teria extrapolado as demandas do *estallido social*. "Houve muita ênfase na criação de um Estado plurinacional e na substituição do Senado por uma nova Câmara com poderes menores", exemplifica Ives.

A plurinacionalidade reconhece a participação e autonomia dos povos originários na organização estatal, como ocorre na Bolívia e no Equador. Segundo uma pesquisa do Ipsos feita no fim de agosto, o tema aparecia entre os principais pontos de maior divergência, junto com a reorganiza-

ção do sistema de justiça, o direito à propriedade e o sistema de saúde. E o resultado: mesmo em território mapuche, o projeto da nova Constituição chilena foi rejeitado.

Além disso, ao contrário do caráter facultativo dos referendos anteriores e da própria eleição presidencial, o plebiscito chileno do início de setembro teve participação obrigatória, levando às urnas uma grande parcela da população pouco acostumada a atuar nos ritos democráticos. Isso pode ter sido uma das principais chaves para a rejeição da Constituição.

Uma pesquisa do Datavoz mostrou que essa parte dos chilenos

exibia aversão em relação à política ou tinha dúvidas sobre seu posicionamento. "A mãe de um amigo muito próximo votou em branco, porque não se sentia bem informada. No início, eu achei que o voto obrigatório poderia ajudar no processo, porque forçaria as pessoas a se informar sobre suas escolhas, mas aparentemente não foi assim", constata Fabrizio. De acordo com Talita Tanscheit, "o Chile é um país de três terços: um mobilizado em torno da esquerda, outro em torno da direita e um não mobilizado. As pesquisas indicam que foi justamente esse terço não mobilizado que deu a vitória ao *rechazo*".

## A próxima nova Constituição

Apesar da decisão no último plebiscito, é consenso entre a maioria dos partidos, de esquerda e de direita, que a Constituição atual deve ser aposentada. E isso significa que tudo vai começar novamente, do zero. "Deve ser convocada uma nova eleição para escolher uma Assembleia Constituinte, com voto obrigatório e paridade de gênero", adianta Diogo Ives.

Uma das principais diferenças desse novo processo é que agora será indicado um comitê de especialistas. Ainda se discute como será a composição desse comitê e qual será o escopo de atuação dele – se terá apenas caráter consultivo ou se irá participar da elaboração do rascunho, como defendem alguns partidos de direita.



Foto: Convención Constitucional/Divulgação

Constituintes entregaram a proposta ao presidente Boric na última plenária, em 3 de agosto. Novo texto seria rejeitado no mês seguinte



Lobby da indústria de comida ultraprocessada mantém privilégios tributários e impõe aos consumidores uma dieta à base de gorduras, açúcares e conservantes, enquanto a alimentação saudável paga mais impostos

# Isenções tributárias induzem consumo de alimentos ultraprocessados

por Maurício Brum e Valentina Bressan

*Amparada por um arsenal midiático capaz de induzir o consumo quase inconsciente de alimentos vazios, fabricados à base de açúcares, conservantes e gorduras, a indústria de alimentos faz lobby para impedir a regulamentação da comida processada. E se beneficia de isenções tributárias que reduzem o custo de fabricação. É por isso que a comida ultraprocessada, que pouco alimenta e ainda produz obesidade e adoecimento, seduz os consumidores com preços mais atrativos e impõe barreiras a uma alimentação saudável. Devido às distorções tributárias, no Brasil os alimentos orgânicos e sustentáveis pagam até quatro vezes mais impostos que os produtos industrializados*

O Guia Alimentar da População Brasileira, documento do Ministério da Saúde que estabelece as orientações para uma dieta saudável e nutritiva, é enfático: na mesa, a prioridade deve ser para alimentos *in natura* ou minimamente processados. São recomendações cada vez mais distantes da realidade dos brasileiros em uma conjuntura marcada pela insegurança alimentar e pelo descontrole de preços dos alimentos.

Os motivos para a discrepância dos preços são variados, mas para além do descontrole da inflação, um dos pontos principais diz respeito à chamada "cumulatividade tributária", que existe no trajeto que a comida percorre entre o produtor e o consumidor.

No início do caminho, a carga de impostos é mais baixa para os alimentos minimamente processados, mas depois o cálculo muda: enquanto os produtos industrializados contam com benefícios de tributos como ICMS, IPTU e IPI, os alimentos *in natura* vão somando novos custos ao longo do processo.

Outros gastos ocultos, como os impostos sobre combustíveis, insumos, água ou energia, também acabam sendo repassados ao consumidor final no caso dos *in natura* ou com processamento mínimo. Já os ultraprocessados contam com mecanismos de isenção que impedem esse acúmulo de custos a cada nova etapa.

"A indústria não paga imposto sobre imposto. O que foi pago antes é descontado, e só há acréscimo sobre o valor agregado no processo. Já o agricultor não consegue descontar na mesma medida", compara o economista Arnoldo de Campos, coautor da pesquisa *O papel*

*da tributação como propulsora da desnutrição, obesidade e mudanças climáticas no Brasil*, difundida pela ONG ACT Promoção da Saúde.

O estudo da ACT destaca o exemplo do suco de uva, que não é único, mas é um dos mais gritantes dessa disparidade tributária que seduz a população a consumir alimentos vazios que pagam menos impostos. Enquanto o néctar industrializado paga cerca de R\$ 1,47 em impostos por litro, o mesmo volume de suco orgânico precisa arcar com R\$ 5,72, ou seja, um custo 3,89 vezes maior.

Voltada para a produção sustentável de alimentos que acabam respondendo por grande parte do abastecimento interno, a agricultura familiar paga um alto preço se comparada ao agronegócio, já

que não recebe incentivos e ainda é mais tributada que a indústria.

"São muito poucos os casos em que há uma diferenciação tributária por se tratar de alimento orgânico. Quando acontece, deve-se a casos específicos, como o estado de São Paulo, que tem um acordo com o Rio Grande do Sul que isenta as prefeituras na compra de arroz orgânico", explica Álvaro Delatorre, do setor de produção da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com a incidência maior de impostos sobre o cultivo da agricultura familiar, "os preços dos produtos orgânicos acompanham um nicho de mercado, na medida que tem uma parcela das pessoas em con-

dições de pagar mais e consciência do consumo de alimentos sem veneno", acrescenta Delatorre.

Nem mesmo as vantagens fiscais concedidas a itens da cesta básica são suficientes para conter a disparidade, pois em vários estados do país há itens menos saudáveis que também são incluídos na lista.

"No Rio de Janeiro, por exemplo, junto do arroz e feijão, existe desoneração para linguiça, salsicha, açúcar, que são produtos que deveriam ser mais tributados", aponta a nutricionista e epidemiologista Bruna Kulik Hassan, consultora da ACT e coautora de outro estudo sobre o tema dos impostos, intitulado *Tributação de bebidas e alimentos não saudáveis no mundo: experiências internacionais e seus impactos*.



Feira orgânica do Bom Fim, em Porto Alegre, vende direto ao consumidor a produção dos assentamentos da reforma agrária no estado

## Isenções de R\$ 4 bilhões por ano para a indústria

Entre os principais destaques negativos dos benefícios tributários, está a indústria de bebidas açucaradas. "É o que costumamos definir como 'mamata dos refrigerantes'", explica Bruna Hassan. "Uma cadeia altamente incentivada, que começa na produção de insumos na Zona Franca de Manaus e conta com uma série de isenções ao longo do caminho, que chegam

a R\$ 4 bilhões por ano."

As desigualdades que dificultam o acesso a uma alimentação saudável são as mesmas que favorecem o consumo de ultraprocessados. Além de pagar mais impostos e não contar com isenções, a produção da agricultura familiar é impactada pela queda na produção devido à estiagem, diferentemente do agronegócio; esvaziamento de

políticas públicas, falta de financiamento. E pela inflação descontrolada que favorece o consumo de alimentos industrializados.

"Nos últimos 15 anos, a inflação foi puxada principalmente pelos alimentos. E os que mais subiram entre eles foram justamente os *in natura* ou minimamente processados. Entre os 20 itens com maior alta de preços no período, nenhum

é ultraprocessado: ao contrário, eles variam dentro da média da inflação ou até abaixo", acrescenta Campos. "Hoje, você vê um cenário em que os alimentos mais saudáveis se tornam mais caros, e a população mais pobre acaba tendo que recorrer aos menos saudáveis", aponta.

A situação já vai além do consumidor individual. Em agosto, o governo federal vetou o reajuste

# SAÚDE

aprovado pelo Congresso Nacional dos recursos repassados aos estados e municípios para a merenda escolar e que estão congelados há cinco anos. No mês seguinte, a rede pública de ensino em mais de um estado passou a oferecer biscoitos e suco de maracujá às crianças, como a escola Francisca Mendes Guimarães, no sertão baiano. Com apenas R\$ 0,36 por refeição de aluno do ensino fundamental, produtos naturais e nutritivos foram retirados da dieta nas escolas e substituídos por bolachas industrializadas, pipoca e suco em pó.

Enquanto isso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que destinava produtos da agricultura familiar a comunidades vulneráveis e escolas públicas, teve seu orçamento cortado de R\$ 840 milhões em 2012 para R\$ 60 milhões em 2020. Extinto e substituído pelo Alimenta Brasil, o programa recebeu R\$ 2 milhões em 2022.



Foto: Tania Régio/Agência Brasil

Enquanto os produtos industrializados contam com benefícios de tributos como ICMS, IPTU e IPI, os alimentos *in natura* somam novos custos ao longo do processo

## Iniciativas no Congresso Nacional

Não faltam iniciativas para reduzir a desigualdade na tributação, que beneficia setores como o mercado de bebidas açucaradas, mas os projetos avançam lentamente no Congresso Nacional, devido à atuação de parlamentares interessados em manter tudo como está.

O PL 1755, do deputado federal Fábio Ramalho (PV-MG), por exemplo, pleiteia a proibição da venda de refrigerantes em instituições de ensino da educação básica, mas já conta 15 anos desde a proposta original.

Já o PL 2183, apresentado pelo

senador Rogério Carvalho (PT-SE) em 2019, tramitou mais rapidamente e, no primeiro semestre deste ano, entrou em análise pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Propõe uma tributação especial para refrigerantes produzidos no Brasil ou impor-

tados, aplicando os recursos na saúde.

Em agosto deste ano, apesar do intenso *lobby* da indústria, foram cortados incentivos de IPI para a produção de xaropes e concentrados de refrigerantes na Zona Franca de Manaus.

**DIFFERENCIAL**  
IMÓVEIS

## SEU IMÓVEL NA SERRA GAÚCHA

A Diferencial Imóveis tem as melhores opções de imóveis à venda em Gramado e Canela e vantagens exclusivas para você através do Convênio com o SINPRO/RS.

**QUER SABER QUAIS OS BENEFÍCIOS? ENVIE UMA MENSAGEM PELO WHATS.**

☎ 54 3282-9000    📞 54 99105-1110

Aproxime a câmera do seu celular e acesse nosso site com mais de 650 ofertas de imóveis à venda.



## Questão de saúde pública

Arnoldo de Campos destaca a importância de uma tributação diferenciada, que funcione como um regulador da fabricação de comida processada e gere receitas para reverter os danos que esses alimentos provocam na saúde da população.

“Temos dois fenômenos muito fortes acontecendo no país: por um lado, a retomada da fome, com 33 milhões de brasileiros sem comida no dia a dia; por outro, um aumento das doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e vários tipos de câncer, que se relacionam

ao consumo de alimentos de má qualidade nutricional”, ilustra o economista. Como a indústria se beneficia de isenções, consegue seduzir os consumidores pelo preço final. Quem paga a conta é a saúde pública. “Entre 2003 e 2019, o número de pessoas com obesidade e sobrepeso dobrou”, explica Campos.

“O setor sempre alega que terá enormes perdas, mas o que se vê em exemplos como o da Filadélfia (Estados Unidos) ou o do México é que não haveria perdas econômicas de maneira geral, muito pelo contrário: acontece uma redistribuição na economia, um desloca-

Foto: ACT/Divulgação



A nutricionista Bruna Hassan defende a regulação da publicidade de ultraprocessados para crianças e políticas públicas de incentivo à agricultura familiar

mento e aumento de empregos em outros setores produtivos e um au-

mento na arrecadação e no PIB”, contrapõe Bruna Hassan.

## Cesta básica saudável

Foto: Armazém do Campo/ MST



Acesso a uma alimentação saudável enfrenta excesso de tributação e desmonte das políticas de incentivo à agricultura familiar

Para os pesquisadores, o desafio é garantir que a revisão dos tributos opere como uma espécie de gangorra, com um lado subindo, enquanto o outro tem reduções. Não adianta aumentar o imposto sobre os ultraprocessados se os alimentos saudáveis continuarem acumulando custos.

“É preciso construir um conceito de cesta básica saudável, privilegiando ingredientes naturais e aumentando o incentivo se o produto for orgânico ou agroecológico, de modo que o produtor de alimentos saudáveis tenha compensações para os custos que ele hoje não tem como descontar”, propõe

Campos, que considera o estudo feito pela ACT como um ponto de partida para diagnosticar o problema e apresentar alternativas para o novo Congresso que tomará posse em 2023.

A regulação da publicidade de ultraprocessados, especialmente os que têm como público-alvo as crianças, é o caminho para reduzir o desejo de consumo, assim como o incentivo à agricultura familiar, alerta Bruna. “Tributação é uma forma de proteção: se os produtos mais saudáveis forem mais baratos, teremos uma redução no consumo dos ultraprocessados. Mas, sozinha, ela não é bala de prata”, constata.

**Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.**

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em:  
[sinprors.org.br/saude](http://sinprors.org.br/saude) | 051-4009.2930 | [convenios@sinprors.org.br](mailto:convenios@sinprors.org.br)

Unimed | CCG Saúde | Notre-Dame Intermédica | UNIODONTO | sinprosaúde | SINPRO/RS Sindicato Cidadão

# Inclusão: omissão de escolas sobrecarrega professores



*Pesquisa revela que instituições da educação básica do ensino privado do Rio Grande do Sul não disponibilizam a estrutura nem pessoal de apoio necessários para a efetivação de uma educação inclusiva, como determina a legislação. Sem o comprometimento da escola, a inclusão acaba sob a responsabilidade apenas dos professores, acarretando ainda mais trabalho para além da carga horária contratada. Em muitos casos, os docentes arcam até com os custos de materiais e equipamentos*

por Gilson Camargo

O acúmulo cada vez maior de trabalho extraclasse não remunerado, que vem sendo relatado pelos professores do ensino privado, é ainda maior para os docentes que atuam com a inclusão escolar. É o que mostra a pesquisa *Realidade Docente do Ensino Básico 2022 – Trabalho Extraclasse*, realizada pela consultoria FlamingoEDU para o

Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), o Sindicato dos Professores do Ensino Privado de Caxias do Sul (Sinpro/Caxias) e o Sindicato dos Professores do Ensino Privado de Ijuí (Sinpro/Noroeste).

A pesquisa confirma uma realidade relatada reiteradamente pelos professores aos sindicatos nos últimos anos. De acordo com

a diretora do Sinpro/RS Cecília Farias, o levantamento embasará uma campanha para que os professores que trabalham com alunos com deficiência tenham o necessário apoio material e humano com vistas à efetiva inclusão.

Realizada entre os dias 15 e 29 de agosto, a sondagem abrange 969 professores que responderam ao formulário com 26 questões

objetivas sobre a escola, o professor e o aluno, e também fizeram relatos sobre sua realidade em resposta a uma questão aberta, dissertativa.

A maioria dos docentes que participou do estudo atua na educação básica (93,5%), cinco são de escolas de educação especial, oito de profissionalizantes e 49 enquadradas em outras categorias.

## Condições de trabalho, estrutura e espaço físico

A inclusão de estudantes com deficiência na escola regular está alicerçada na estrutura legal, amparada na perspectiva de que os direitos humanos devem ser garantidos a todos e, no que diz respeito à escola, devem ser asseguradas as condições de acesso e permanência.

Para tornar a inclusão efetiva, cabe à escola o preparo do corpo docente, a adaptação do projeto pedagógico, a produção de materiais pedagógicos, a mediação do

desempenho, a fomentação de um ambiente de cooperação e livre de preconceitos, entre outras medidas. Mas não é bem assim que vem ocorrendo. Com a omissão de muitas escolas, os professores vêm assumindo todas as demandas e, muitas vezes, custeando-as.

Sobre as condições de trabalho, somente 27,4% dos professores que participaram da pesquisa responderam que contam com ambientes adequados e bem equipados, enquanto 28,3% ale-

gam não ter em suas escolas um espaço físico para o atendimento dos alunos com deficiência. Para 25,6%, o ambiente é pequeno, mas devidamente equipado, e 13,2% informaram que existe espaço, mas sem ferramentas e materiais para os alunos.

Em relação ao desenvolvimento dos alunos, 46% revelam que assumem a responsabilidade, 24% contam com materiais básicos, e apenas 9% têm condições adequadas.

Os docentes informaram que gastam, em média, anualmente, R\$ 300,00 do seu próprio salário com a compra de materiais de apoio que não são disponibilizados pelas escolas.

Também falta pessoal de apoio para atender aos alunos com deficiência, como determina a legislação: 26% responderam que não contam com nenhum apoio, e 33,2% disseram que o apoio em sala de aula é prestado por uma pessoa sem formação.

## Capacitação e pessoal de apoio

A maioria dos docentes (60,4%) recebeu alguma capacitação para atuar junto aos alunos com deficiência, mas os 307 que atendem a 1.677 alunos especiais, ou seja, média de 2,65 alunos com deficiência por turma, disseram que não contam com qualquer formação para essa atividade. A percepção dos docentes é que, além da falta de formação para fazer frente às demandas, não há carga horária para planejamento de atividades, materiais didáticos e avaliações.

Quase metade dos docentes que responderam à pesquisa desconhece o projeto político-pedagógico da escola e o regimento

escolar, um dado alarmante, já que o documento deveria ter sido construído pelo coletivo escolar e cumprido pelo corpo docente.

Com relação ao engajamento das famílias para o atendimento desses alunos, 22,3% informaram que é baixo, o que dificulta ainda mais o trabalho docente.

A sobrecarga de trabalho não remunerado é demonstrada por 119 entrevistados, que disseram atender a mais de 10 alunos com deficiência. Outros 12 relataram que atendem a mais de 30 alunos com deficiência.

“Os estudantes são atendidos com toda atenção e carinho. Entretanto, nem sempre me sinto

apto para atender a todos, principalmente os de inclusão, visto que nossa formação não previu esta necessidade. Precisamos aprender a diferenciar melhor os transtornos e as deficiências. Precisamos discutir, cada vez mais, os diagnósticos que nós, professores, ajudamos a produzir junto com os médicos”, desabafa um docente na resposta à questão dissertativa.

Para o pesquisador Heitor Strogulski, “a escola tem dificuldade em estabelecer objetivos claros a serem alcançados pelo aluno. Fica a cargo do professor adaptar o currículo, muitas vezes sem nenhuma referência”.

“Já havíamos constatado a exaustão dos docentes com o trabalho extraclasse ordinário, ou seja, aquele que o professor sempre fez. Há ainda mais trabalho do que o incorporado durante a pandemia e, agora, ainda, a dedicação necessária para planejamento, elaboração de materiais e avaliações adaptados para os estudantes com deficiência”, alerta Cecília. “A jornada de trabalho dos professores parece não ter fim. É preciso que as escolas entendam que estão ultrapassando os limites e que é necessário repensar a elasticidade do trabalho docente.”

SINPRO/RS

## Uma chapa inscrita nas eleições

Encerrou-se com uma chapa inscrita, no dia 14 de setembro, o prazo para inscrições de chapas nas Eleições do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS). A *Chapa 1 – Compromisso e Ação* está habilitada para o processo eleitoral da entidade, que ocorrerá de 18 a 20 de outubro e deve envolver cerca de 20 mil professores associados.

Conforme o Estatuto Social, estão aptos a votar os professores que atuam no ensino privado do Rio Grande do Sul em todos os níveis e modalidades, que estejam associados ao Sinpro/RS há mais de três meses e em dia com as mensalidades e os serviços contratados junto ao Sindicato. Também aos aposentados, é garantido o direito de voto.

“O processo eleitoral do Sindicato não é um simples movimento que elege a nova diretoria, ele é uma luta coletiva pela manutenção dos direitos dos professores, principalmente numa conjuntura política voltada para a precarização do trabalho e pela tentativa de enfraquecimento das entidades sindicais”, explica Erlon Schüler, diretor do Sinpro/RS.

Ele destaca, ainda, a importância da participação dos professores e a segurança das eleições, que, mais uma vez, serão realizadas de forma digital. Todo o processo será feito pela empresa Eleja On-Line, especializada em votações deste tipo. O sistema utilizado pela companhia é criptografado e tem certificações de

segurança que permitem auditoria. O voto é registrado em acesso único, com senha individual por usuário habilitado.

As urnas estarão sob a responsabilidade de mesários devidamente cadastrados e identificados, distribuídas nas instituições de ensino de forma fixa e outras ainda de modo volante, para facilitar o registro dos votos dos professores.

No site criado especialmente para as eleições (<https://eventos.sinpro.rs.org.br/eleicoes2022/>), estão disponíveis os materiais produzidos pela Chapa, bem como a nominata e os editais de divulgação. O processo foi aberto oficialmente pela Assembleia Geral, a qual ocorreu no dia 6 de agosto, e que elegeu a comissão que coordenará

todo o pleito. A equipe é integrada pelo professor Rômulo José Escouto e pelas professoras Ana Lúcia Silva Tomazi, Maria Lúcia Iserhard Schlittler, Antonieta Beatriz Marriante e Rejani Maria Friedrich.



Votação será realizada de forma digital

# Professores definirão vencedores do Prêmio Educação RS

A 25ª edição do Prêmio Educação RS já tem seus finalistas. O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) divulgou, no dia 29 de setembro, os três selecionados para cada uma das três categorias – profissional, projeto e instituição –, que concorrerão neste ano à premiação.

Até 12 de outubro, os mais de 20 mil professores associados ao Sindicato escolherão os vencedores, por meio de votação virtual.

Os finalistas foram seleciona-

dos pela Comissão Julgadora desta edição, levando em conta as realizações que têm formado estudantes para o desafio de construir uma sociedade onde existam espaço e respeito à diversidade e suas manifestações.

Integram a Comissão o jornalista Roger Lerina, os professores Alex Fraga, Marcos Tonial, Valdir Kinn, coordenador do Sinpro/Noroeste, e a professora Glória Bitencourt, diretora do Sinpro/RS.

“Foram dezenas de indicações ao Prêmio, todas com muita qualidade”, relata Margot Andras, diretora do Sinpro/RS e coordenadora da premiação. “Isso reafirma a importância e o lugar de reconhecimento ocupado pelo Prêmio Educação RS.”

Os vencedores deste ano serão homenageados no dia 21 de outubro, sexta-feira, às 20h, em cerimônia na sede da Fundação Ecarta em Porto Alegre (Avenida João Pessoa, 943).

**FINALISTAS** – Profissionais: Fa-

bian Viégas, da Escola Senac, São Leopoldo; Gustavo Medina, da Escola Sesi Eraldo Giacobbi, Pelotas; Ilda Maria Costa Brasil, do Colégio Conhecer, Porto Alegre. Projeto: Chama Violeta, da EMEF Saint-Hilaire, Porto Alegre; Meninas Digitais Tchê Missões, da URI, Santo Ângelo; Corpos Relacionados, do Colégio Lumiar, Porto Alegre. Instituições: #TEUFUTURO, Porto Alegre; Escola Interativa, Flores da Cunha; Escola Projeto, Porto Alegre.

## DIA DO PROFESSOR

# Atividades de confraternização presenciais são retomadas em 2022

O Sinpro/RS retoma a tradicional agenda de encontros presenciais em comemoração pela passagem do Dia do Professor. Para informações e ingressos, entrar em contato com a sede estadual do Sindicato (51. 4009.2900) e as respectivas Regionais.

**BENTO GONÇALVES** – Piquenique e atividade ao ar livre – 22/10, a partir das 14h30, no Caminho da Aventura Parque.

**CERRO LARGO** – Jantar – 21/10, 19h, no Clube Campestre.

**CRUZ ALTA** – Jantar – 11/10, 20h, no Mr. Jack.

**ENCANTADO** – Jantar – 13/10, 19h30, na Pizzaria Sotto.

**ERECHIM** – Café Colonial – 15/10, 16h, no Salão de Eventos Villa Trentin.

**LAJEADO** – Jantar – 05/10, 19h, no Restaurante Panorâmico.

**PASSO FUNDO** – Jantar – 4/11,

20h, no Restaurante Cantina Seraggio.

**PELOTAS** – Jantar – 11/11, às 20h, na Churrascaria Lobão.

**PORTO ALEGRE** – Jantar-baile, 22/10, 20h30, na Sociedade Germânia.

**REGIONAL SÃO LEOPOLDO** – Torneio esportivo, 29/10, 9h, no Colégio Pio XII, em Novo Hamburgo. Inscrições até 21/10 – fone 51. 3134-6182 e *WhatsApp* 99536-8601.

**SÃO LEOPOLDO** – Jantar, 27/10, 20h, no Restaurante Mega Pizza.

**SÃO LUIZ GONZAGA** – *Happy Hour* – 11/10, das 17h às 19h, no Salão de Festas da URI.

**SANTO ÂNGELO** – Almoço – 22/10, 11h45, no Restaurante Almanara.

**URUGUAIANA** – Rodízio de pizza – 28/10, 19h30, no Restaurante Hípica Grill.

## APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers



# Aposentadoria: tempo de espera e princípio da eficiência

Diariamente, vemos uma imensa dificuldade no acesso aos pedidos de aposentadoria, inércia do INSS em proceder à análise, motivar exigência quanto à complementação de provas ou documentos, ou ainda, no caso dos professores, a comprovação da atividade docente.

Lembrando tempos passados, mas não tão remotos, vivíamos imensas filas nos postos/agências do INSS, quando, não raro, trabalhadores aportavam na porta das agências horas antes da abertura das agências, muitas vezes sem serem atendidos.

Hoje, com a redução dos quadros funcionais da Previdência Social, política clara de diminuição da atividade estatal no âmbito da Previdência – não difere na área da saúde, do ensino e de outras funções de estado –, falta de qualificação aos servidores e da suposta substituição desta atividade pelos meios digitais, nos deparamos com a odiosa e tão malsinada fila virtual, símbolo maior da precarização, fruto pobre, por sua vez, do decantado Estado mínimo neoliberal.

Sim, nem mesmo a robotização prenunciada pelos governos consegue estabelecer eficiência condizente ao atendimento devido aos segurados da previdência e, tão grave quanto esta ineficiência, são os indeferimentos ‘de plano’ por este sistema robotizado, sem qualquer apreciação do direito pretendido.

Essas situações vividas por todos – ora da demora infinita, ora do indeferimento de inopino – têm afetado todos os trabalhadores, não diferindo aos professores e trabalhadores da educação.

Lembremo-nos que há pouco houve um acordo firmado entre INSS, MPF e STF para flexibilizar a lei que determina o prazo de 45 dias para o INSS analisar, conceder ou indeferir benefícios, ampliados para 90 dias, os quais, mesmo assim, não são cumpridos pelo INSS.

A ineficiência em comento tem clara destinação e parece já estar internalizada em nosso cotidiano, pois deixamos de investir em qualidade do serviço público para dizer sua ausência de funcionalidade, repisando o que há muito foi feito com a saúde, com a telefonia e, mal maior, com o próprio ensino.

Entretanto, nos casos em que o INSS insiste em negligenciar, respondendo aos protocolos com longo silêncio, ora tem se resolvido a obrigação de fazer – analisar processo – com ordens judiciais para cumprir a Lei via mandado de segurança, ora com ações indenizatórias por ineficiência estatal e o correlato dano material nascido desta incompetência, dada a responsabilidade objetiva do estado.

A obrigação de analisar o processo no prazo legal e razoável tem sido reconhecida pelo Poder Judiciário e hoje já está pacificada; já a discussão quanto ao dano causado pela demora ainda resiste, mas, aos poucos, as indenizações vão emergindo diante do desrespeito ao princípio da eficiência. Urgem melhorias de condições no sistema público de previdência, a não ser que, como parece, esta inércia em analisar os benefícios com a devida concessão seja mais uma forma de reduzir custos, gerando falsos superávits ao custo social do trabalhador, que deixa de receber seu benefício.

# Decisão sobre eleições da Urcamp vai para a Justiça

Na última semana de setembro, ocorreu mais um desdobramento do controverso processo eleitoral para a reitoria do Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp). A Chapa 1 ajuizou ação na 1ª Vara Cível da Comarca de Bagé (TRF4) para confirmar sua vitória nas urnas, nas eleições que aconteceram no dia 1º de setembro. A partir de agora, pela primeira vez na história da Instituição, o pleito será decidido na Justiça.

A ação da Chapa 1, integrada por Antônio Evanhoé Ferreira de Souza Sobrinho (reitor) e Guilherme Cassão Marques Bragança (vice-reitor), contesta a decisão do Conselho Diretor da Fundação Attila Taborda (FAT). Em reunião pós-pleito, no dia 12 de setembro, o Conselho reduziu o peso dos votos dos alunos e concedeu vitória à Chapa 2 (da atual reitora, Lia Quintana) e reverteu o resultado anterior. Isso ocorreu uma semana depois da vitória da Chapa 1 já ter sido homologada pela Comissão Eleitoral, no dia 5 de setembro. A Chapa 2 já havia recorrido à Comissão Eleitoral e o pedido foi rejeitado.

“A Comissão apenas zelou pela legalidade, considerando os votos brancos e nulos e desconsideramos a abstenção. O resultado só poderia ser o que proclamamos no dia 5”, declarou a presidente da Comissão Eleitoral, professora Lourdes Martins, ao jornal *Folha do Sul*, de Bagé. Ela também destacou que a Comissão Eleitoral não teve acesso à reunião dos conselheiros da FAT.

Para Gabriel Feijó, integrante do conselho da FAT que foi voto vencido no julgamento do recurso, a decisão tomada na reunião do dia 12 de setembro não tem legitimidade e fere o estatuto da Urcamp. Segundo ele, o Conselho não é instância recursal para a eleição, e a mudança de cálculo já havia sido rejeitada pela Comissão Eleitoral, essa sim a instância que teria legitimidade para julgar recursos relativos ao pleito.

**PROTESTOS** – Nos dias 13 e 14 de setembro, estudantes protestaram em Bagé, Santana do Livramento e Alegrete contra a decisão do Conselho (FAT). Também é intensa a contrariedade manifestada nas redes sociais. A maior indignação dos alunos é com a diminuição, para menos de 1%, do peso dos votos dos estudantes.

## Sindicato aguarda definição para negociar pendências

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) está apreensivo com os desdobramentos das eleições para além da decisão das urnas e da Comissão Eleitoral. O professor Marcos Fuhr, diretor do Sindicato, diz que o Sinpro/RS teme pelos reflexos negativos que a judicialização da sucessão e de todo este processo possa trazer para a Urcamp, para a comunidade acadêmica e até para a imagem externa da Instituição junto à comunidade e ao público externo. “Nos preocupa a contrariedade maciça dos estudantes da Instituição. Há muito tempo não se registrava um movimento tão expressivo como este que contesta a decisão do Conselho”, destaca. “Estamos muito receosos do impacto que isso terá no futuro da Urcamp, em especial no que diz respeito aos contratos de trabalho dos professores.”

Segundo ele, o Sindicato está no aguardo da definição do processo. “A Urcamp é uma instituição que tem um contencioso expressivo: 13º salário e 1/3 constitucional de férias”, explica. Ele relata que o Sinpro/RS tem uma longa trajetória de acompanhamento da história e da evolução da Urcamp e que sempre teve uma atuação no sentido de preservar a própria Instituição e os contratos de trabalho dos professores. O Sindicato está, desde 2021, tentando equacionar uma fórmula de inaugurar o pagamento dessas pendências. No momento, as tratativas estão suspensas.

“Seja a chapa que for, o Sinpro/RS espera que exista um posicionamento mais flexível da futura administração para viabilizar uma proposta que tenha trânsito entre os professores para solução dessas pendências, assim como uma postura de maior disposição para negociar as questões contratuais no sentido de evitar novos passivos”, conclui.



O *Outubro Rosa* é um movimento mundial de conscientização para o controle do câncer de mama. O nome faz alusão à cor do laço rosa, símbolo da luta contra a doença, enfatizando a importância da prevenção e do diagnóstico precoce. Essas iniciativas são importantes, pois servem de alerta e informação, além de sensibilizar e encorajar as mulheres a realizarem seus exames.

### A contribuição do exercício físico

A prática regular de atividades físicas é indicada pelos especialistas para a prevenção do câncer. Para as mulheres, torna-se ainda mais importante, pois a doença é associada à presença de gordura corporal. Quanto mais tecido adiposo (gordura) presente, maior o nível do hormônio estrogênio.

### Qual exercício físico?

A dica mais importante é buscar uma atividade de que se goste, que seja de fácil acesso e que entre no seu orçamento. Ressalto que não se deve encarar a prática de atividade física apenas tendo em vista a chegada do verão ou para caber em uma roupa. Exercício é saúde e não estética.

### Caminhe, caminhe e caminhe!

Caminhar é um excelente exercício físico. É uma atividade democrática, de baixo custo e pode ser praticada até como alternativa para a mobilidade. Confira algumas dicas:

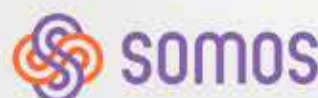
- Faça da caminhada parte de seu trajeto ao trabalho ou para qualquer lugar e vá gradualmente aumentando.
- Forme um grupo de vizinhos, conhecidos, amigos e crie uma rotina de caminhada: juntos é mais fácil, mais divertido e mais sustentável.
- Baixe um aplicativo – contador de passos/pedômetro (gratuito) e faça histórico diário de suas passadas. Tudo entra na conta. Foque em metas de 7 mil a 10 mil passos por dia (5 a 7 quilômetros).

**A atividade física é a maior medida não farmacológica na prevenção de doenças. Pratique!**

O Sinpro/RS ajuda você a construir um estilo de vida positivo. Veja como:

A Plataforma SOMOS MOVE – uma plataforma digital de videoaulas de muitas atividades físicas e treinos, receitas e planos alimentares. É livre e gratuita para os associados e dependentes. Acesse e faça seu cadastro: [www.sinpro.rs.org.br/saude/saude-do-professor/](http://www.sinpro.rs.org.br/saude/saude-do-professor/)

MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada (em POA): [www.sinpro.rs.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrida/](http://www.sinpro.rs.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrida/)





# O Brasil por um triz

*A realidade política brasileira foi radicalmente alterada pela chegada da extrema-direita ao poder, o que exigirá uma revisão dos pressupostos compartilhados por todas as demais visões políticas e ideológicas – e um entendimento das causas e dinâmicas que levam os eleitores a uma identificação com figuras públicas autoritárias, intolerantes e medíocres*



Foto: Alan Santos/PH

“Como explicar esse fenômeno de consolidação de uma representação política de extrema-direita no Brasil?”

Escrevo este texto na manhã do dia 3 de outubro sob o impacto dos resultados do primeiro turno da disputa presidencial e da eleição para os parlamentos estaduais e federais. O que se pode afirmar, por enquanto, é que a extrema-direita se consolidou no Brasil como uma força político-ideológica hegemônica e com ideário situado nos anos 30 do século passado. O Brasil, que foi anunciado como “O País do Futuro”, por Stefan Zweig, parece se definir mais propriamente como “O País do Passado”.

Lula, é claro, tem boas chances de vencer o segundo turno, porque a vantagem de 6 milhões de votos sobre Bolsonaro é significativa. Tudo indica, entretanto, que teremos eleições disputadas palmo a palmo e em um clima de tensionamento e radicalização crescentes, agravado pela circunstância inédita no Brasil de termos núcleos radicalizados de uma facção formada por “patriotas” armados.

Penso que a realidade política brasileira foi radicalmente alterada pela chegada da extrema-direita ao poder, o que exigirá uma revisão muito ampla dos pressupostos compartilhados por todas as demais visões políticas e ideológicas. Mais do que isso: entendo que essa situação aponta para uma complexidade a desvendar a respeito das causas e das dinâmicas que operam o vendaval em que milhões de eleitores se identificam com figuras públicas notoriamente autoritárias, intolerantes e medíocres.

Observe-se, por exemplo, o perfil de grande parte dos eleitos para o Senado. Aqui no RS, os eleitores mais conservadores tinham a opção de votar em Ana Amélia. Trata-se de liderança muito conhecida, tradicional defensora do agronegócio e, em uma perspectiva conservadora, alguém reconhecidamente competente como parlamentar.

Quase a metade do RS, entretanto, descarregou seus votos no general da reserva Hamilton Mourão, admirador de Carlos Alberto Brilhante Ustra, o único militar a receber uma sentença em ação cível no Brasil que o reconheceu como torturador. Há algo nessa opção – me refiro aos votos da direita gaúcha – que não se explica pelo conservadorismo.

Há situações ainda mais impactantes em outros estados, como a eleição para a Câmara Federal, com a maior votação do RJ, do general Eduardo Pazuello, aquele mesmo que declarou, ao assumir o Ministério da Saúde no auge da pandemia, que “não conhecia o SUS”. Pazuello, ignorante em Saúde pública, recomendou cloroquina aos doentes a mando do seu chefe e fez uma das gestões públicas mais desastrosas de que se tem notícia, chegando ao cúmulo da inércia que agenciou a

crise de falta de oxigênio em Manaus/AM. Ele deveria estar sentado no banco dos réus e, possivelmente para evitar esse desfecho, candidatou-se à Câmara Federal. Mais de 200 mil eleitores compreenderam o gesto e resolveram premiá-lo com um mandato.

Algo semelhante ocorreu com Ricardo Salles, outro ex-ministro de Bolsonaro, principal articulador do desmonte dos mecanismos de controle ambiental no Brasil e investigado “por advocacia administrativa, criar dificuldades para a fiscalização ambiental e atrapalhar investigação de infração penal que envolva organização criminosa”. Esse cidadão (4º mais votado) teve quase três vezes os votos obtidos em São Paulo por Marina Silva (14ª mais votada), a mais destacada defensora da floresta no Brasil e prestigiada liderança mundial na luta contra o aquecimento global. A opção aqui foi a de “passar a boiada”, o que também não se explica pelo conservadorismo, mas assinala absoluta ausência de apreço pelo interesse público.

Como explicar esse fenômeno de consolidação de uma representação política de extrema-direita no Brasil? Por que os sentimentos de insatisfação com os governos petistas, por exemplo, não consolidaram alternativas políticas situadas ao centro, com um perfil liberal-democrático? Por que, pelo contrário, as posturas moderadas entre os conservadores migraram para uma plataforma extremista que sequer se dá o trabalho de inovar os slogans dos movimentos nazifascistas como “Deus, Pátria e Família”, criado pelo integralismo de Plínio Salgado, e “Brasil, acima de tudo” (*Deutschland über alles*), criado por Hitler?

O tema deve ser objeto de pesquisa, e uma das hipóteses é a de que milhões de pessoas tenham escolhido candidatos de extrema-direita não porque sejam “fascistas de carteirinha”, mas porque aderiram a narrativas radicalizadas e impulsionadas pelo ódio, customizadas com o auxílio de algoritmos e reproduzidas em espaços não públicos de circulação de informações, em “bolhas” no *WhatsApp*, *Telegram*, etc. Estaríamos, assim, diante de um processo sistêmico de sequestro do debate público e de formação da opinião por grupos extremistas realizado inteiramente na ausência do contraditório. Essa possibilidade ajudaria a compreender, também, processos expressivos de migração de intenções de voto às vésperas do pleito, não capturadas pelos institutos de pesquisa.

O caminho aberto pela extrema-direita é, claramente, o da radicalização, o que ameaça nossa frágil democracia. Resta saber o quanto ainda teremos dela após o dia 30.

Foto: Diego Lopes / Câmara Rio-Grandense do Livro / Divulgação

## Presencial, 68ª Feira do Livro celebra os 250 anos de Porto Alegre

*Depois de uma edição on-line e outra semivirtual devido à pandemia, a Feira volta a se espalhar pela Praça da Alfândega*

por Cristiano Goldschmidt

Depois de uma edição totalmente on-line e de outra em formato híbrido, em que a programação presencial foi mínima devido à pandemia de covid-19 e a limitações orçamentárias, a Feira do Livro de Porto Alegre volta à Praça da Alfândega, no Centro Histórico, em sua totalidade. Integralmente presencial, a 68ª edição será realizada de 28 de outubro a 15 de novembro, com público estimado em 1,5 milhão de pessoas e tendo como tema central os 250 anos de fundação da capital gaúcha.

Além do apelo da presencialidade e interação entre autores, livreiros e público sob os ipês recém-florescidos da primavera porto-alegrense, os organizadores apostam na retomada do crescimento do mercado do livro, com um número recorde de 71 expositores.

Em 2020, a feira foi totalmente virtual, com 64 mil acessos ao site, 54 expositores e 218 atividades nas programações oficial e especial – produzidas por expositores e parceiros do evento.

“Em 2021, foram 56 expositores e 90 sessões de contação de história. O número de vendas cresceu em 15% com relação a 2019”, explica o presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro, Maximiliano Ledur. “Nossa expectativa para 2022 é de um novo crescimento em número de exemplares vendidos, já que teremos uma programação muito ampla e com aumento para 71 expositores”, projeta.

## Diversidade e inclusão social

“Esta será a feira da diversidade”, explica Ledur. A programação envolve mais de 150 escritores, entre autores locais, nacionais e estrangeiros. Sandra La Porta, coordenadora da programação adulta, destacou a forte presença indígena, citando Daniel Munduruku, Auritha Tabajara e Olívio Jekupé, entre outros. Considerando que esta será a primeira edição realmente pós-pandemia, Sandra lembra que a feira

terá em torno de 70 programações, entre oficinas, bate-papos, saraus, músicas, teatro e seminários, com seis nomes internacionais, 18 nacionais e mais de 60 gaúchos.

Já a programação infantil, de responsabilidade de Sônia Zanchetta, priorizará a formação do que ela chama de “leitores literários”, com 70 autores voltados ao público infantil e juvenil. Desses escritores, 38 estarão no palco do Te-



Com 71 expositores e uma programação inclusiva, evento espera atrair 1,5 milhão de visitantes



“Leitores literários”: programação terá 70 autores voltados para o público infantojuvenil

atro Carlos Urbim, onde receberão alunos do ensino médio e da EJA.

Além de práticas de mediação de leitura e contação de histórias, haverá, ainda, 30 sessões de autógrafos de alunos de diversas escolas do estado. No Circo dos Magafafos, o espaço da primeira infância na feira, terá contações de histórias, intervenções circenses, espetáculos e teatro de bonecos e encontros com autores.

No Espaço Jovem Petrobras, haverá atividades com escritores, ilustradores, quadrinistas, grafiteiros, influenciadores digitais e outros convidados, e mostras de projetos inovadores realizados em escolas.

Oferta de livros a preços reduzidos e entrada gratuita, com ênfase na diversidade, atualidade, inclusão social e acessibilidade, completam os atrativos desse reencontro da feira com o seu público.





## Carlos Nejar, reencontro com o pampa

Poeta, ficcionista, tradutor e crítico literário, o escritor gaúcho Carlos Nejar, 83 anos, foi anunciado patrono da 68ª Feira do Livro de Porto Alegre em junho, pela Câmara Rio-Grandense do Livro.

Com mais de 80 obras publicadas, Nejar é o único gaúcho na Academia Brasileira de Letras. Ele lançou seu primeiro livro, *Sélesis*, em 1960. Suas obras mais recentes são *Senhora Nuvem* (Life, 2022, 122 p.), a coletânea *A República do Pampa* (Casa Brasileira de Livros, 2021, 416 p.), *O humano cavalo* (USP/Atelier Editorial, 112p.) e *O vale dos ossos secos* (Recrilar, 2021, 226 p.), lançados em 2022.

"Livro na gaveta é fantasma. Os originais incomodam como almas penadas. O livro saindo, eu me liberto. Vem a oportunidade, eu publico, mas tenho muitos livros inéditos", desconversa o patrono sempre que é perguntado se está trabalhando em algum novo livro. Na feira, ele irá lançar o inédito *Crônicas de um imortal ou (in) vento para não chorar* (Bertrand Brasil) e aparece em livros de outros autores, como *Ficção e Mágica de Carlos Nejar* (Bestiário), de Eduardo Jablonski.

Nejar foi casado com a escritora Maria Carpi, patrona da 64ª edição da feira, em 2018. O filho de ambos, Fabrício Carpinejar, foi patrono do evento em 2021. "O pai é um criador de mundos, mais do que personagens. Ele é um coreógrafo de narrativas épicas, desde *Silbion*, seu

segundo livro. Talvez seja a obra mais teatral que exista na poesia brasileira. Você não tem como ler os seus versos ou as suas ficções em voz mental. Vai acabar sentindo necessidade de cantar. De ler em voz alta", define Carpinejar.

"Carlos nunca deixou de se identificar como um exilado do Sul, existência diaspórica que ele sempre fez questão de lamentar. O patronato, agora, confere uma espécie de cidadania errante, que repara essa diáspora física, porque, afinal, a virtude da literatura é estar em todos os lugares", conceitua a escritora Cíntia Moscovich, que foi patrona da 62ª edição, em 2016. No final de setembro, Carlos Nejar falou ao *Extra Classe* sobre sua obra e o patronato, que ele define como "um reencontro com o pampa".

**Extra Classe – O que representa na tua trajetória ser patrono da Feira?**

**Carlos Nejar** – Minha escolha como patrono da Feira do Livro de Porto Alegre, depois de mais de 60 anos de literatura, significa o reencontro com o pampa que eu amo, o pampa sobre quem tanto escrevi, a pampa que é a terra que também carrego comigo. E não é a carreira que nos consagra, é a poesia. Não podia ser maior a honra e a alegria, como a de receber o bastão da Feira do Livro pelas mãos de meu filho, Fabrício Carpinejar, a quem amo muito e de quem me orgulho por ser reco-



Foto: Maicon Hinrichsen/Critério/Divulgação

"O jovem Carlos Nejar sempre insiste em falar comigo, e nesta feira é como se eu estivesse autografando, sim, meu primeiro livro", diz o patrono

nhecido escritor. Mas pode o fruto cair longe do pé e o pé cair longe do sonho?

**EC – O que este escritor consagrado diria ao Carlos Nejar que lançou teu primeiro livro em 1960?**

**Nejar** – O jovem Carlos Nejar sempre insiste em falar comigo, e nesta feira é como se eu estivesse autografando, sim, meu primeiro livro. É também como se os livros que publiquei me encontrassem. Viver é continuar se encantando.

**EC – Em que medida a obra do "poeta do pampa" pode ser considerada regional e ao mesmo tempo universal?**

**Nejar** – Sim, busco o pampa, que é universo. Não sou eu que devo considerar-me regional e

universal. Como diz (Leon) Tolstói, canto a minha aldeia, ou como diz (Fernando) Pessoa, o rio onde corre minha aldeia. Mas não posso ou devo falar de minha obra, ela que fala de mim.

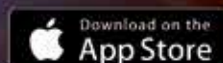
**EC – O que tens a dizer aos leitores que ainda não conhecem tua obra poética e ficcional?**

**Nejar** – Há um tempo que nós geramos os livros e é o que fiz, na poesia, na ficção, no teatro, ou ensaio, ou crônica. E eles devem ser tão fortes que possam encontrar seus leitores e se afirmar. Sei que resistirão e acharão seus contemporâneos. Pois, se fossem menores do que eu, seriam pequenos. Como são maiores do que eu, engendrarão seu espaço e plenitude, independentes deste vivente.

## Novo App do Sinpro/RS

Mais prático, mais completo, muito mais do seu jeito.

Baixe ou atualize o seu



ESPAÇO DO PROFESSOR  
NOTÍCIAS  
CONVÊNIO  
SALÁRIO CERTO  
RANKING SALARIAL  
BANCO DE CURRÍCULOS

SINPRO/RS  
Sindicato Unificado



FRAGA

## Peskizaz

*A dúvida final é: qual o percentual restante de esperança?*

**A**inda não se sabe como, os institutos de pesquisas inflaram o nosso otimismo eleitoral. Para nós, ansiosos por nos livrar do Ritler na presidência, o otimismo parecia um dirigível flando estável em direção ao cais democrático, onde atracaria sem sustos.

Porém, como um Hidemburgo carregado de supostos pontos percentuais, o imenso balão murchou e desabou do alto da nossa elevada expectativa.

É o que dá confiar em pesquisas, um costume recente na história da humanidade. Antes delas, o único instituto confiável era a experiência acumulada, sempre guiada por essa fiel cachorra farejadora, a Intuição. Foram milênios de adivinhações ignorantes, certo, mas sem o risco das projeções ou falsas esperanças sustentadas por números hipotéticos.

(Não custa imaginar eventos históricos do passado remoto dependente das pesquisas:

No Éden, 100% da humanidade obedece às leis divinas. Como os pesquisadores deixaram os ofídios fora das consultas? Como subestimaram sua influência sobre 50% da população?

Ou, mais tarde, na Inglaterra, em novo episódio envolvendo frutas vermelhas:

Por falta de sol este ano, os enxames de abelhas estão 12,4% mais preguiçosos, o que afetará a polinização das macieiras em flor em 7% ou 8%, com impacto de menos 44,1% na produção de maçãs. E sem a solarização, haverá menos pessoas à sombra das árvores, inclusive com ausência de estudiosos da física sob elas. Então, as chances da lei da gravidade não ser descoberta agora chegam a 78,3%.)

Puízé: pelos institutos, a eleição estava ganha e o que ganhamos foi um aquífero de água gelada. Ok, água a gente sempre pode pôr pra ferver novamente, e tudo indica que a mobilização pra botar lenha na caldeira da democracia vai arrebatá-lo o povaréu.

Quanto aos métodos das pesquisas, é o seguinte: 51% dos pesquisadores acreditam que alguma correção de rumo precisa ser feita, só não sabem em que direção. Já 52% acham que tudo deve continuar como está, porque têm certeza que as previsões estavam corretas – os eleitores é que não seguiram os prognósticos. (O que dá 103% de confusão nesse parágrafo, perai.)

A dúvida final é: qual o percentual restante de esperança? Bom, se os cálculos não estão errados, houve 20% de abstenção: um em cada cinco eleitores achou que seu voto não faria diferença, e fez toda. Já o volume de indecisos precisará se decidir, e se até agora o fascismo não fez essa gente reagir, convém não contar com eles.

Enfim, na reta final pro 2º turno, melhor se alienar das pesquisas. O que importa é que tamo 1.000% certos que o bozonazismo já passou do insuportável. Chega disso.

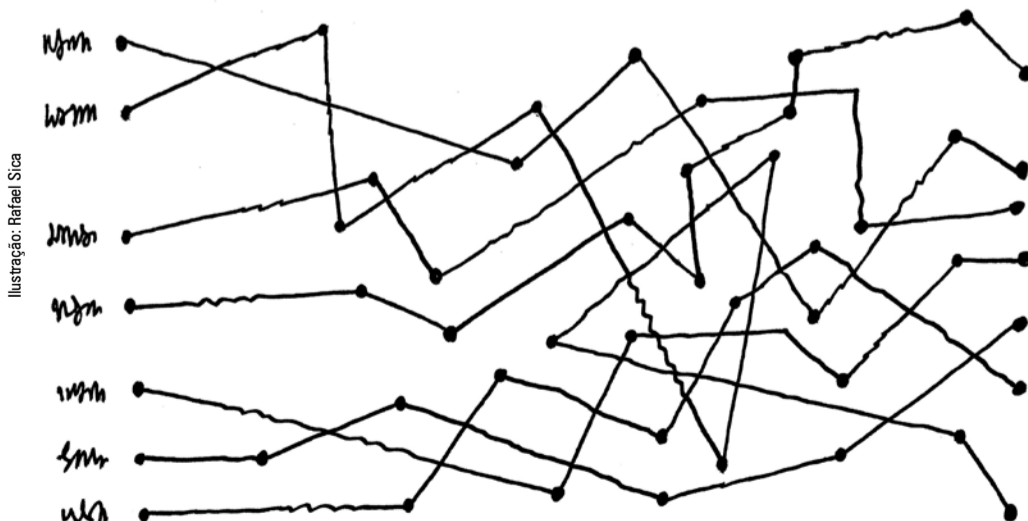


Ilustração: Rafael Sica



PROGRAMAÇÃO  
ECARTA

A agenda completa  
em [ecarta.org.br](http://ecarta.org.br)  
e 51. 4009.2971

## SHOWS híbridos

Porto Alegre | 18h | Entrada franca

**Local: presencial** – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). É obrigatória a apresentação do passaporte vacinal; **virtual** – transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

8/10 – Duo *Metapiano*, com Daniela Garcia e Elda Pires.

22/10 – Clarrisa Ferreira apresenta *LaVaca*.

Foto: Luiza Padilha



## ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca | De terças a domingos, das 10h às 18h, inclusive feriados.

Até 23/10 – Visitação à exposição *Yvy Nhande Mba'e - A terra é nossa*, de Xadalu Tupã Jekuoé, com curadoria de Sandra Benites.

Até 23/10 – Visitação à mostra *Pinturas para um mundo desconhecido*, de Pedro EMCB, no projeto Potência.

Foto: Igor Sperotto



## CONVERSA DE PROFESSOR

13/10, 19h – Painel *Transições cotidianas na educação infantil*, com a mestra em Educação e especialista em Educação Infantil Luciane Frosi Piva. Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

## NÚCLEO CULTURAL DO VINHO

26/10, 19h30 – Jorge Ducati e os vinhos de Mariana Pimentel. Palestra com degustação. Inscrição: R\$ 75,00.

## SOLIDARIEDADE

Quinzenal – Cozinha Solidária – Preparação e distribuição de refeições para as pessoas em situação de rua de Porto Alegre. Para isso, a Ecarta está recolhendo doações como molho, salsicha, linguiça, massa de tomate, milho, ervilha, entre outras. Doações podem ser entregues na sede da Ecarta, em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 943).



VERISSIMO

# Apetitosos

*Chegamos aonde estamos consumindo tudo à nossa volta e hoje somos tantos que também nos transformamos em recursos consumíveis*

**A** ideia de que não somos mais do que uma erupção passageira na superfície de um planeta menor numa galáxia entre trilhões de outras se antepôs, ultimamente, a convicção – agora não mais religiosa, mas cientificamente plausível – de que o Universo existe para a gente existir.

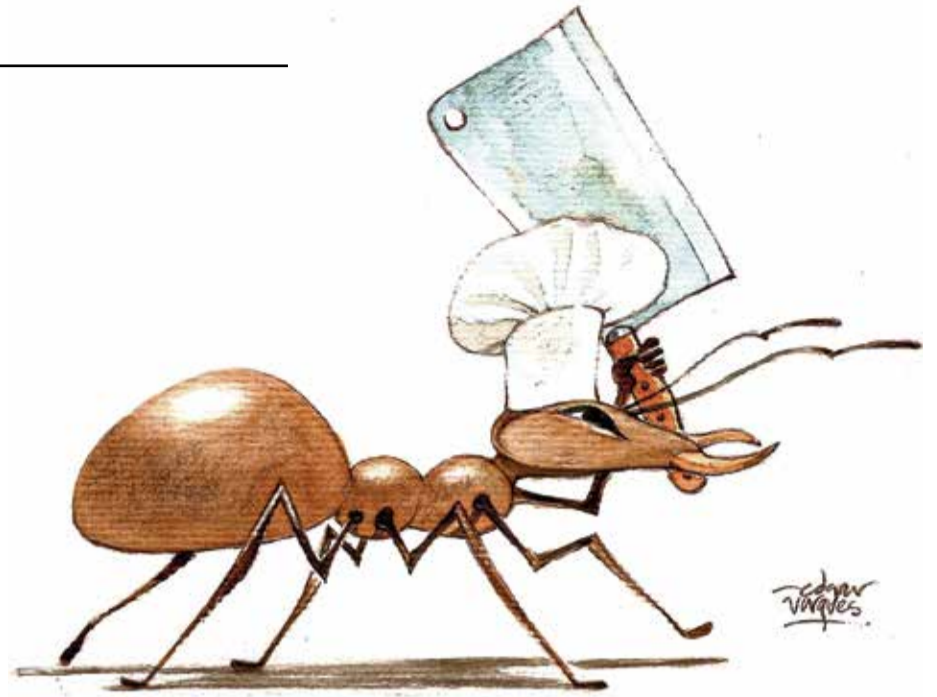
O fato de a Terra estar na distância exata do Sol para haver vida como a nossa – um pouquinho mais perto ou um pouquinho mais longe e nem você, eu ou qualquer outro mamífero seria possível – é apenas uma amostra dessa grande deferência conosco.

Somos a razão de tudo, o resto é cenário ou sistema de apoio. E não fazemos feio entre os mamíferos. Nenhuma outra espécie com a mesma proporção de peso e volume se iguala à nossa.

Nosso habitat natural é o planeta todo, independentemente de clima e vegetação. Somos a primeira espécie da História a controlar a produção do seu próprio alimento e a sobreviver fora do seu ecossistema de nascença.

Em nenhuma outra espécie as diferentes categorias se intercasalam como na nossa, o que nos salvou do processo de seleção natural que militou nas outras.

E o que a nossa sociabilidade não conseguiu, a técnica garantiu. Mutações que decretariam o fim de outra espécie em poucas gerações,



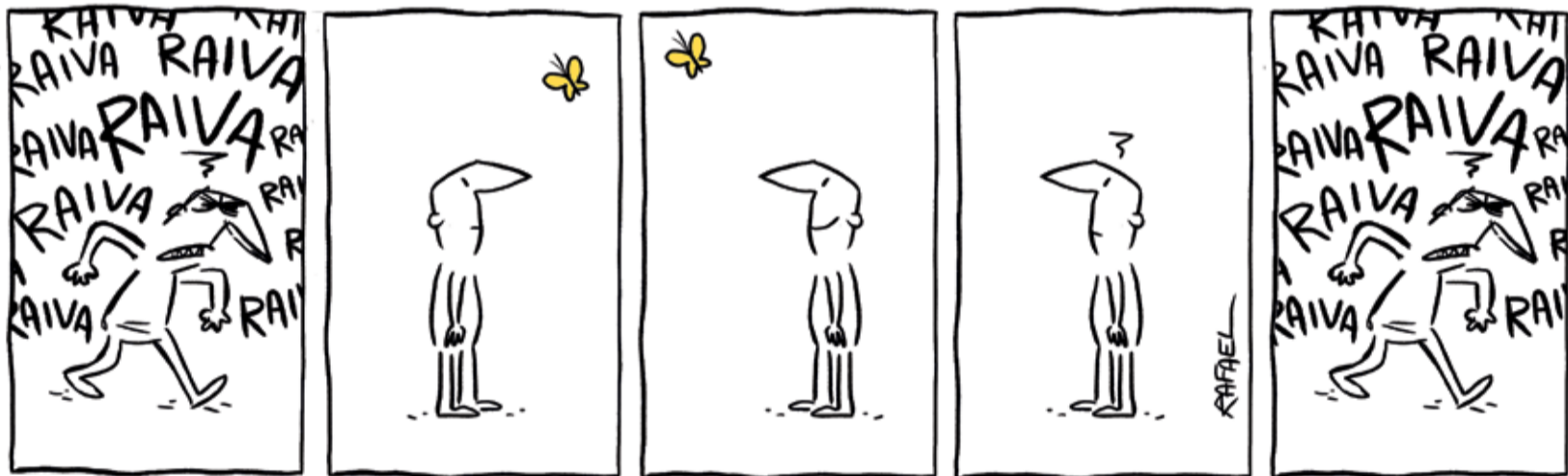
na espécie humana são corrigidas ou compensadas pela técnica. Exemplo: a visão. Enxergamos menos do que nossos antepassados caçadores e catadores, mas vemos muito mais, graças à oftalmologia e a todas as técnicas de percepção incrementada.

Mas nosso sucesso tem um preço. Chegamos aonde estamos consumindo tudo à nossa volta e hoje somos tantos que também nos transformamos em recursos consumíveis.

Em breve, a carne humana superará em valor calórico todas as outras fontes de alimento disponíveis sobre a Terra. E 10 mil anos ingerindo comida cultivada, mesmo com a maioria só comendo para subsistir, nos tornaram cada vez mais apetitosos e nutritivos.

Gente já é o principal exemplo de recurso subexplorado do planeta. E as leis da evolução são impiedosas: comunidades virais e bacteriológicas se transformam para nos incluir, cada vez mais, na sua dieta. Já que estamos ali, aos bilhões, literalmente dando sopa.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



# A educação precisa voltar a ser prioridade!



*Um dia para reconhecer a importância de quem ensina.*

*Um dia para votar em quem sempre fez isso.*